

MATRIZ DO PROGRAMA NACIONAL DE ACÇÃO DO MARP POR ÁREA TÊMÁTICA

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO POLÍTICA								
PRINCIPIOS, PADRÕES E NORMAS INTERNACIONAIS								
Assinar, ratificar e adoptar padrões e normas internacionais	Realizar uma auditoria exaustiva da compatibilidade da legislação moçambicana e política com as normas e códigos internacionais Desenvolver um plano de acção para abordar as áreas de conflito entre as leis Moçambicanas e políticas e as normas e códigos internacionais	Relatório de Auditoria sobre a compatibilidade da legislação e políticas moçambicanas com as normas e códigos internacionais Estabelecido plano de acção direccionado as áreas de conflitos	Ministério da Justiça Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Padrões e normas internacionais aplicados em Moçambique, Reduzidas as áreas deficitárias na legislação moçambicana conformidade com as normas e códigos internacionais.	- Vários padrões e normas internacionais foram assinados, ratificados e adoptados por Moçambique	- Porém, é preciso queo país dedique mais esforços no sentido de ractificar e adoptar mais padrões códigos e normas, nacionais e internacionais	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assinar, ratificar e adoptar padrões e normas internacionais	Assinar e/ou ratificar normas internacionais referentes a democracia e boa governação	Relatório de implementação e monitoria de Padrões e normas	Parlamento Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Ministério da Justiça Outros ministérios implementadores Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Padrões e normas assinados, ratificados e incluídos na legislação moçambicana	Registam-se progressos neste domínio sendo que a matéria está sendo tratada no âmbito do desenvolvimento da reforma legal no país	É preciso que se elabore relatório de implementação e monitoria de padrões e normas	
Assinar, ratificar e adoptar padrões e normas internacionais	Implementar e monitorar a implementação de padrões e normas já ratificados pelo Parlamento.	Número de Protocolos e Convenções assinadas, ratificadas, publicadas e implementadas .				Ministério da Justiça tem realizado esforços no sentido de assegurar que os instrumentos ratificados sejam efectivamente aplicados		
	Formar os membros do sector judicial e de justiça em leis internacionais que tenham impacto no sistema nacional de justiça	Número de magistrados judiciais e técnicos de justiça formados		Ministério da Justiça Ministério Público Tribunais	2010-2014	Técnicos do sistema judiciário e de justiça formados em materias de legislação internacional	- Foram formados 3 quadros pela UNODOC – 1 magistrado do Ministério Público e 2 técnicos do Ministério da Justiça	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 1: Prevenir e reduzir conflitos intra e inter-estados								
Assinar, ratificar e adoptar padrões e normas internacionais	Criar um depósito com todos acordos internacionais de que Moçambique é signatário	Criado depósito com todos os acordos internacionais de que Moçambique é signatário; Relatório de inventário sobre os acordos internacionais depositados		Ministério da Justiça Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	2012-2 013	Ministério da Justiça tem essas matérias nos seus acervos		
Reduzir a exclusão social e eliminar a exclusão social praticada deliberadamente	Pagar com urgência as pensões em atraso dos Antigos Combatentes Assistir aqueles que ainda não foram integrados e reintegrá-los de forma sustentável	Relatórios sobre os ex-combatentes recém reintegrados. Número de Antigos Combatentes reintegrados, Relatório sobre pagamento de pensões em atraso e constrangimentos a serem ultrapassados para resolução deste assunto	Gabinete da Presidência da República Ministérios dos Antigos Combatentes Ministério da Defesa Nacional Ministério das Finanças FRELIMO RENAMO	2010-2011	Todos os Antigos Combatentes com pensões pagas e outros reintegrados	Com OE o Governo tem vindo a efectuar o pagamento de pensões devidas a estes ex-militares, tanto da Frelimo como da Renamo. No âmbito da Previdência Social, tem-se fixado pensões de sangue e de sobrevivência.		Pagar com urgência as pensões em atraso dos Antigos Combatentes Assistir aqueles que ainda não foram integrados e reintegrá-los de forma sustentável

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reduzir a exclusão social e eliminar a exclusão social praticada deliberadamente	Realizar um estudo aprofundado sobre a exclusão social (origem, causas, etc.) Formular recomendações e proposta de um Plano de Acção	Estudo e plano de acção produzido	Todos os Ministérios económicos, Organizações da Sociedade Civil	2010-2011	Consolidado o sistema de governação inclusiva e participativa	Até ao momento não foi realizado nenhum estudo versando sobre a exclusão social, origens e causas	Eventualmente o MPD deverá liderar este estudo por via da sua Direcção de Estudos em articulação com UEM	
Reduzir a exclusão social e eliminar a exclusão social praticada deliberadamente	Apresentar resultados do estudo, incluindo as recomendações e a proposta de plano de acção, ao Observatório de Desenvolvimento, para apreciação e busca de consensos	Relatório do Observatório de Desenvolvimento sobre as discussões	Todos os Ministérios económicos, Organizações da Sociedade Civil	2010-0012	Consolidado o sistema de governação inclusiva e participativa	Actividade não realizada		
	Implementar o Plano de Acção Aprovado	Relatórios sobre o Progresso da Implementação do Plano de Acção	Todos os Ministérios económicos, Organizações da Sociedade Civil			Actividade não realizada		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Eliminar elementos passíveis de ser interpretados como ameaça de guerra ou fonte de conflito	Chegar à um acordo entre o Governo e a RENAMO sobre o desarmamento dos soldados da RENAMO	Relatórios de progressos sobre a implementação e relatórios de monitoria	Ministério da Defesa Nacional Ministério do Interior Ministério da Função Pública, FRELIMO RENAMO	2010-2012	Ex-guerrilheiros da RENAMO desarmados	- Ainda não existe acordo e os soldados da Renamo continuam armados e esporadicamente a usarem o material bélico.	- É preciso aprofundar o diálogo entre o Governo e a Renamo no sentido de se chegar à acordo sobre as modalidades de desarmamento pacífico dos soldados da Renamo	
Eliminar a venda de armas de fogo e combater a circulação e consumo da droga.	Desenhar e implementar um plano de acção para reforçar o controlo da venda de armas e drogas no quadro dos esforços que tem sido levado a cabo nos contextos internacionais e regionais Sensibilizar os cidadãos sobre o perigo que representam as armas, incluindo às de pequeno porte	Estratégias delineadas Relatórios de progresso sobre a implementação e resultados alcançados	Gabinete do Presidente da República Ministério da Defesa nacional Ministério do Interior RENAMO	2010-2012	Circulação de armas de fogo e drogas sob controlo	- Actividade em curso e de forma permanente		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reforçar os sistemas de controlo de entrada de estrangeiros no País	Reforçar os mecanismos de controlo, registo e encaminhamento dos imigrantes ilegais no País, em coordenação com os países vizinhos	Relatórios anuais sobre entrada de imigrantes ilegais no país e seu tratamento	Ministério da Defesa Nacional Ministério do Interior	2010-2013	Presença de imigrantes ilegais controladas	- Tem sido reforçado o controle de fronteiras e também sido deportados imigrantes ilegais	Pela sua grandeza, as fronteiras moçambicanas ainda continuam vulneráveis a entrada de estrangeiros	Reforçar os sistemas de controlo de entrada de estrangeiros no país
Fortalecer os instrumentos que favoreçam uma gestão partilhada de recursos	Estabelecer acordos que possibilitem uma boa gestão de recursos partilhados por vários países da região.	Acordos estabelecidos e relatórios nacionais e regionais de implementação disponíveis	Ministérios das. Obras Públicas e Habitação, Ministério para Coordenação da Acção Ambiental	2010-2011	Recursos partilhados e bem geridos	- Têm se assinado acordos sobre a partilha dos recursos hídricos com os países da região.		
Eliminar práticas de usurpação de terras dos camponeses	Criar brigadas móveis para monitoria do cumprimento da lei de Terras, suas normas e regulamentos Prestar particular atenção ao aspecto de terras concedidas mas não exploradas dentro dos prazos estabelecidos	Relatórios de monitoria do cumprimento da lei da Terra e implementação da Política agrária	Ministério da Agricultura Organizações da Sociedade Civil relevantes Comunidades Locais	2010-2013	Lei de Terras estritamente cumprida	- Há esforços assinaláveis, porém, a população onde ocorre grandes investimentos olha a questão com preocupação e desconfiança.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 2: Promover a democracia constitucional, incluindo competição política periódica e oportunidade de escolha, Estado de direito, direitos dos cidadãos e supremacia da constituição								
Reforçar o Estado de Direito e o respeito dos direitos do cidadão	<p>Criar o Gabinete do Provedor de Justiça e eleger o respectivo Provedor</p> <p>Instituir um programa de educação cívica com vista a promover o respeito pelas leis a todos níveis de governação e na sociedade</p>	<p>Ofício e acto de eleição</p> <p>Número de Organizações da Sociedade Civil e cidadãos treinados</p>	<p>Ministério da Justiça</p> <p>CNE Membros do Parlamento Organizações da Sociedade Civil</p>	2010- 2013	Oportunidade de acesso à Justiça ampliada	<p>- Provedor de Justiça eleito</p> <p>- Actividade realizada</p>	- O Gabinete do Provedor de Justiça já está em funcionamento faltando criar as delegações provinciais.	
Reforçar o Estado de Direito e o respeito dos direitos do cidadão	Conduzir um programa de revisão de leis de modo a actualizar todas as leis desactualizadas visando modernizar o sistema de justiça	<p>Relatório e programa de acção compilado para actualizar a legislação existente</p> <p>Relatório de progresso da implementação do programa de acção; Número de leis desactualizadas revistas</p>	Ministério da Justiça	2010-2013	Sistema de justiça modernizado, magistrados com leis actualizadas	- Actividade em curso		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Separar acções de actividades do Partido nas instituições do Estado	<p>Eliminar práticas administrativas discriminatórias de modo a desassociar o partido do Estado e criar um ambiente em que todos partidos políticos possam operar</p> <p>Desenvolver acções com vista à eliminação de células de partidos no Estado e instituições públicas; material de propaganda relacionada aos partidos no Estado e instituições públicas</p>	Estabelecer regras e regulamentos para remover práticas discriminatórias	Ministério da Justiça Ministério da Administração Estatal Ministério da Função Pública CNE	2010-2014	Fortalecido o ambiente de livre concorrência ao poder e promoção da democracia	<p>- Acção em progresso com a aprovação do Estatuto Geral dos Funcionário e Agentes do Estado e da Lei de Probidade Pública</p> <p>- Acções em curso</p>		
Desenvolver capacidade para uma Comissão Nacional de Eleições independente	Capacitar a CNE e treinar o corpo técnico do STAE	Acções de capacitação da CNE; alta qualidade dos técnicos do STAE; Número e qualidade de cursos administrados	Ministério da Administração Estatal CNE STAE	2011- 2012	Técnicos bem treinados; Garantia de independência de todo o processo eleitoral e aceite por todos participantes	- São levadas acabo actividades de formação dos técnicos do STAE e CNE sempre quando se está para se realizar actividades eleitorais	- A CNE e o STAE devem fornecer mais informação quantitativa.	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	
Auditar o processo do registo eleitoral	<p>Compilar e rever o registo de eleitores de forma transparente</p> <p>Rever os Cadernos Eleitorais de forma sistemática</p>	<p>Número de reclamações submetidas</p> <p>Minutas do processo eleitoral Publicadas</p>	<p>CNE</p> <p>Observatório Eleitoral</p> <p>STAE, Partidos Políticos</p> <p>Cidadãos</p>	2010-2014	<p>Reforçado o processo de registo de eleitores e Partidos Políticos mais confiantes no processo eleitoral.</p> <p>Todos potenciais eleitores registados</p>	<p>- Esta actividade tem se realizado sistematicamente. Há também indicações de que em 2013 haverá revisão de todos os cadernos de eleitores</p>		
Auditar o processo do registo eleitoral	<p>Tratar adequadamente os resultados das eleições para garantir a integridade do processo</p>	<p>Número de boletins desaparecidos ou acrescentados</p>	<p>STAE,</p> <p>CNE</p> <p>Observatório Eleitoral,</p>	2010-2014	<p>Suspeitas sobre fraudes eleitorais reduzidas</p>	<p>A CNE tem publicado resultados eleitorais após 48 horas</p>		
Auditar o processo do registo eleitoral	<p>Realizar uma auditoria ao processo eleitoral de forma a monitorar a aplicação da lei,</p> <p>Revisitar o registo eleitoral por amostragem nas províncias e publicar o relatório</p>	<p>Relatórios de auditoria de processo eleitoral publicados</p>	<p>CNE</p> <p>STAE</p> <p>Partidos Políticos</p> <p>Cidadãos</p>	2010- 2013	<p>Processo eleitoral ao nível do exigível para a realização de eleições livre, justas e transparentes</p>	<p>Actividade nao realizada</p>	<p>Deve-se ter atenção especial para que efectivamente as auditorias sejam realizadas</p>	
Capacitação os membros do Parlamento para garantir que conheçam as necessidades do seu eleitorado	<p>Incentivar debates com as comunidades locais nos círculos eleitorais</p>	<p>lei eleitoral revista e publicada</p>	<p>Parlamento</p> <p>CNE</p> <p>Partidos políticos</p>	2010-2014	<p>Deputados a defenderem efectivamente os interesses dos seus círculos eleitorais e do Estado</p>	<p>- uma nova Lei Eleitoral foi aprovada</p>		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Capacitar tecnicamente o Tribunal Administrativo	Reforço dos mecanismos de clarificação e explicação dos desvios que se registam nas contas de instituições públicas.	Relatórios da Conta Geral do Estado	Tribunal Administrativo (TA)	2011-2012		O TA tem registado progressos significativos no que concerne a clarificações de desvios nas instituições públicas		
Rever os instrumentos que regulam a constituição dos Conselhos Consultivos Distritais	Rever os dispositivos que estabelecem regras para a constituição dos Conselhos Consultivos distritais.	Legislação e regulamentos aprovados, publicados e amplamente disseminados	Ministério da Administração Estatal Ministério da Planificação e Desenvolvimento Governos locais	2010		Regulamentos revistos, publicados e disseminados		
Capacitar tecnicamente os Conselhos de Policiamento Comunitário	Formar membros do Conselho de Policiamento Comunitário com conhecimentos da Constituição da República por forma a elevar os seus conhecimentos sobre direitos humanos e lei criminal	Número de membros Conselho de Policiamento Comunitário treinados	Ministério do Interior Governos locais Unidades policiais	2010-2013	Conselhos de Policiamento Comunitário bem preparados	- Tem-se realizado algumas acções embora não de forma sistematizada		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Capacitação das empresas de segurança privada, para que possam colaborar com a Polícia do Estado (PRM)	Realizar seminários para empresas privadas de segurança, com vista à melhoria da sua actuação e capacitar os seus membros em matéria de prevenção e gestão do crime	Número de seminários realizados e número de empresas de seguranças a participar	Comando Geral da Polícia Empresas de segurança privadas	2011-2013	Mais empresas de segurança, preparadas para combater o crime	- Actividade pouco difundida pelo MINT		
<i>Objectivo 3: Assegurar a promoção e defesa dos direitos económicos, sociais, culturais e políticos</i>								
Promover os direitos fundamentais dos cidadãos moçambicanos	Aprovada e divulgada a lei de acesso à informação	Lei de acesso à informação aprovada e divulgada Relatório sobre a implementação da lei de imprensa	Parlamento Presidência da República Ministério da Justiça	2010	Lei de acesso á informação publicada e divulgada	- A Lei de Acesso a Informação debatida e submetida à Assembleia da República para aprovação	- O Projecto da Lei de Acesso a Informação foi submetida à AR em 2010 e a sua aprovação está agendada para a primeira sessão da AR de 2013	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover os direitos fundamentais dos cidadãos moçambicanos	Lançar um programa nacional de educação cívica para esclarecer os cidadãos sobre seus direitos (a ser realizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos)	Número de campanhas e de cidadãos educados em princípios de direitos humanos Relatório sobre o programa de educação elaborado	Parlamento Comissão Nacional de Direitos Humanos Organizações da Sociedade Civil	2010-2012	Todos os cidadãos conscientes dos princípios de direitos humanos	- A comissão de CNDH tomou posse em finais de 2012, espera-se que em breve lance o seu plano de acção.		
Melhorar a qualidade de atendimento no serviço público	Ampla divulgação do Estatuto Geral dos Funcionários Público (políticas, regras e regulamentos) Monitorar a qualidade do serviço público tendo em conta o estabelecido no Estatuto Geral dos Funcionários Públicos	Entradas no livro de reclamações e sugestões. Informações sobre processos individuais.	Ministério da Função Pública	2010-2014	Cidadãos satisfeitos com serviços fornecidos pelas instituições públicas	- Actividade realizada regularmente	- Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado já foi divulgado - Foram realizadas acções de monitoria da qualidade do serviço público	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Educar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres fundamentais estabelecidos na Constituição	Organizar campanhas de educação em direitos cívicos e campanhas a nível nacional e local sobre os direitos e deveres fundamentais consagrados na Constituição	Cidadãos sensibilizados sobre os seus direitos e deveres cívicos consagrados na Constituição	Ministério da Justiça Organizações da Sociedade Civil relevantes Cidadãos Nacionais	2010–2012	Público sensibilizado sobre o domínio, direitos e deveres constitucionais	- Actividade realizada regularmente		
Consolidar o processo de envolvimento das comunidades na selecção dos membros das forças policiais e estabelecer requisitos claros para a selecção e ingresso nas forças policiais, incluindo o nível académico	Conceber e disseminar requisitos necessários para selecção de cidadãos para forças policiais. Envolvimento das comunidades de forma sistemática na selecção dos novos membros para a corporação policial.	Requisitos para selecção de cidadãos para forças policiais, publicados. Actas do processo de selecção de candidatos para as forças policiais	Ministério do Interior Oficiais da Polícia	2010-2011	Forças policiais eficientes e mais aptas para servirem cidadãos com brio e profissionalismo, de acordo com as expectativas populares -	As comunidades onde os candidatos a polícia são residentes, são consultados antepadamente sobre o seu comportamento Há necessidade de se realizar campanhas de educação cívica de modo a se evitar atropelos cometidos pela polícia nas vias públicas e esquadras policiais.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Educar as forças paramilitares em matérias de direitos humanos	Assegurar que a formação policial enfatiza os direitos humanos fundamentais e os mecanismos disciplinares apropriados aos infractores são considerados em caso de reclamações.	Número de paramilitares treinados	Ministério do interior Ministério das Finanças Ministério da Justiça Sector privado	2010-2014	Forças para militares educadas em assuntos de direitos humanos	Materias sobre Direitos Humanos foram incluídas no curriculum das escolas de formação de policiaes.		
Objectivo 4 : Garantir e assegurar o cumprimento do princípio de separação de poderes e unidade nacional								
Garantir a separação de Poderes, nomeadamente a Independência do Poder Judicial e um Parlamento Efectivo	<p>Criar material informativo sobre a separação de Poderes.</p> <p>Organizar e realizar regularmente (semestral ou anualmente) sessões de aprofundamento do conhecimento do princípio de separação de poderes, na teoria e na prática</p>	Material informativo produzido e discutido. Número de sessões de discussões de aprofundamento do conhecimento do assunto, relatórios produzidos sobre essas sessões	Ministério da Justiça Partidos Políticos	2010-2013		- o Tribunal Supremo refere que, a separação de poderes está consagrada na Constituição da Republica, sendo que o ingresso na magistratura judicial para além de outros requisitos previstos no Estatuto dos Magistrados Judiciais obedece ao Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado	Garantir e assegurar o cumprimento do princípio de separação de poderes e unidade nacional	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Garantir e assegurar o cumprimento do princípio de separação de poderes e unidade nacional	Monitorar a aplicação dos princípios de separação de poderes	Constatações contidas nos relatórios de acompanhamento, elaboradas pelo executivo, legislativo e os órgãos do poder judicial; seja em acções ou por omissões do exercício.		2010-2014	Respeitados os princípios de separação de poderes	- A Constituição da República e a legislação ordinária, estabelece as garantias de independência e imparcialidade do Presidente e Vice-Presidente do TS e também de outros altos magistrados	Monitorar a aplicação dos princípios de separação de poderes	
Garantir e assegurar o cumprimento do princípio de separação de poderes e unidade nacional	Monitorar a aplicação dos princípios de separação de poderes	Constatações contidas nos relatórios de acompanhamento, elaboradas pelo executivo, legislativo e os órgãos do poder judicial; seja em acções ou por omissões do exercício.		2010-2014	Respeitados os princípios de separação de poderes	- Embora os juizes sejam nomeados não há evidencias de que a sua actuação favoreça que lhes nomeia. A separação de poderes está consagrada na Cosntituição da República	- Os juízes dos tribunais superiores são nomeados pelo presidente da República.	
Reforçar a capacidade do sistema judicial	Providenciar ao sistema judicial infra-estruturas adequadas, equipamento e recursos humanos	Número de procuradorias e tribunais construídos, equipamento providenciado e número de profissionais treinados	Tribunal Supremo Ministério Público (Procuradoria Geral da República), Ministério da Justiça	2010 -2014	Todas as Províncias e Distritos com um sistema de Justiça adequado.	- Actividade realizada.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reforçar a capacidade do sistema judicial	Formar magistrados em matérias de ética, responsabilidade e transparência	Número de profissionais formados	CSMJ CSMMP Ministério da Justiça	2010-2014	Todos técnicos do judiciário formado	- Actividade realizada	- O número de magistrado formados está muito aquém do desejado	
Reforçar a capacidade do sistema judicial	Recrutar assessores para cada Comissão Parlamentar, para cada bancada, de modo a tornar o poder legislativo mais apto para fiscalizar a acção do executivo	Número de assessores recrutados. Relatórios de progresso dos Assessores. Actas/Relatórios do processo de recrutamento	Secretariado do Parlamento	2010-2013	Parlamento mais capaz de fiscalizar as acções do Governo	- Actividade em discussão na AR		
Melhorar o desempenho do Parlamento	Analisar a possibilidade dos Deputados a trabalhar a tempo integral e aumentar o número de dias para a fiscalização	Número de leis, resoluções ou decisões aprovados pelo Parlamento	Conselho de Ministros Parlamento	2010-2011	Parlamento mais engajado para resolver problemas dos cidadãos	Segundo a Constituição as sessões de trabalho são duas de 90 dias cada	- Qualquer alteração do número de sessões implica rever a Lei Mãe	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o desempenho do Parlamento	Assegurar que o Parlamento tenha o seu próprio orçamento que deve ser incrementado para permitir maior participação	Número de casos levantados e discutidos nas sessões do parlamento	Ministério das Finanças Ministério da Planificação e Desenvolvimento	2011 -2014	Parlamento mais envolvido na produção de leis e normas do país	O Oramento do Parlamento tem sido incrementado desde 2010	- O orçamento continua abaixo do desejável	
	Reforçar a capacidade dos Membros do Parlamento em análise de políticas e funções de supervisão	Número de membros do parlamento formados	Organizações da Sociedade Civil Parceiros	2012	Reforço da capacidade dos deputados em análise de políticas e funções de fiscalização, resultando numa maior capacidade de intervenção e melhores soluções para a nação.	- Os membros do Parlamento tem tido várias trocas de experiências e capacitações em várias áreas de interesse.	Reforçar a capacidade dos Membros do Parlamento em análise de políticas e funções de supervisão	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 5: Garantir a responsabilização, eficiência e eficácia dos funcionários do estado e dos que detem cargos públicos								
Reforçar a capacidade administrativa dos funcionários públicos	Estabelecer no sector público o recrutamento com base no mérito e adoptar instrumentos jurídicos	Documento nacional que estabelece regras de recrutamento baseadas no mérito e regulamentos de avaliação para funcionários públicos Número de candidatos seleccionados em conformidade com as regras estabelecidas	Ministério da Função Pública	2010-2013	Recrutamento de Funcionários públicos com baseado em normas estabelecidas	- Foi aprovado o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e criado o SIGEDAP		
	Rever os exercícios de avaliação e rever os critérios e processos para uma melhor redefinição de habilidades profissionais dos funcionários públicos	Relatórios de avaliação e revisão de critérios de qualificação e processo ou sistemas	Todos os sectores ministeriais	2011-2014	Funcionário público qualificado com acesso ao e serviço público e progresso na carreira de acordo com sua formação profissional e capacidades Melhoria da qualidade dos serviços públicos	Actividade realizada	Actividade tem sido realizada com regularidade segundo emana a lei.	
	Melhorar a capacidade das instituições públicas (ISAP, SIFAP, IFAPAS) de modo a formar mais funcionários públicos	Número de funcionários públicos formados em diversas áreas e níveis	Ministério da Função Pública ISAP IFAPA Ministério das Finanças	2011-2014	Serviços públicos melhorados com tecnologia actualizada e técnicos formados no novo código de conduta de trabalho	- Funcionários são formados continuamente.	Está em curso a reforma do currículo nestas instituições	

	Aumentar significativamente os fundos de investimento local, e tornar o acesso ao mesmo fora de influências políticas	Número de projectos aprovados e financiados com base no seu mérito de viabilidade social e económica. Documento com as normas e procedimentos para a utilização dos fundos	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério da Administração Estatal Ministério das Finanças Governos Provinciais e Distritais	2010-2014	Acesso aos fundos de investimento local baseado em mérito do projecto e livre de influência política	- Os distritos recebem regularmente os fundos e o critério de elegibilidade dos projectos é da responsabilidade dos Conselhos Consultivos distritais após avaliação dos projectos		
	Reforçar o papel dos chefes tradicionais, proporcionando-lhes a capacidade de execução	Documento com normas (acções relacionadas com transferência de “poder” para autoridades tradicionais)	Ministério da Administração Estatal Ministério das Finanças Governos Provinciais e Distritais	2010-2013	Autoridades tradicionais com mais capacidade administrativa	- Está em curso, a revisão do Decreto N.º 15/2000, de 20 de Junho, sobre as autoridades comunitárias. A constituição da República (Artigo 118 da CRM) garante respeito pelas autoridades tradicionais e o Estado tem vindo a conferir o necessário reconhecimento a estas entidades.	Reforçar o papel dos chefes tradicionais, proporcionando-lhes capacidade de execução	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 6: Combate a corrupção								
Reforçar e aplicar os instrumentos jurídicos efectivos de combate à corrupção	Rever, aprovar e implementar a estratégia e a legislação anti corrupção, aderindo ao conceito mais amplo de corrupção, tal como previsto pela Convenção da UA sobre o combate e prevenção contra a corrupção e protocolos da SADC contra a corrupção e Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, como matéria para ser aprovada por lei	Lei anti corrupção aprovada e publicada no Boletim da República	Ministério da Justiça Ministério da Função Pública CSMJ	2010-2011	Mecanismos legais para combater a corrupção Reforçados Sistema judiciário equipado com conhecimento e instrumentos adequados para julgar	- Está em curso a aprovação do “Pacote Anti-Corrupção” e foram já aprovadas: Lei de Probidade Pública, Lei de Protecção de Vítimas, Denunciantes, Testemunhas e Peritos em Processo Penal, Revisão da Lei do Ministério Público.	- Falta aprovar o Código Penal e o Código de Processo Penal	
	Aprovação da lei	Produção e divulgação de folhetos, em particular entre os juízes, procuradores e outros agentes judiciais e os agentes do sector privado.	CSMMP	2010-2011	Níveis baixos de corrupção nos sectores público e privado e da sociedade como um todo.	- O GCCC tem vindo a produzir folhetos para prevenir actos de corrupção ao nível das fronteiras e alguns spots de televisão e rádio para alertar sobre os malefícios da corrupção e formas de a combater e denunciar.	Estas actividades pecam por não serem constantes e não existir um programa para o efeito, sendo realizadas apenas no final do ano e em datas festivas como o Dia 9 de Dezembro, que é o Dia Mundial contra à Corrupção.	

	Divulgar e debater a proposta de lei com sectores públicos e privado.	Relatórios regulares sobre a corrupção, actos impedidos e punidos nos termos da legislação em vigor	Parlamento, Ministério Público (PGR) Ministério da Justiça,	2010-2011	Melhorada confiança nas instituições públicas no quadro do combate à corrupção	- O GCCC tem vindo a produzir relatórios regulares sobre as suas actividades e a informação consta também do Informe Anual do Procurador-Geral da República ao parlamento - O Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado é um instrumento regulador para o Combate à corrupção na função Pública, bem como os instrumentos legais em vigor sobre matérias de corrupção.	- Falta uma maior divulgação da informação sobre o desempenho do GCCC e disseminação do seu conteúdo aos funcionários e agentes do Estado e a sociedade no geral.	
	Profissionalizar os instrumentos para a prevenção e luta contra a corrupção, Capacitar os funcionários	Criados instrumentos de regulação Anti-Corrupção. Funcionários capacitados. Aumentado o número de investigadores	Ministério da Função Publica Ministério do Interior Instituto de Directores de Moçambique CTA			São vários instrumentos legais aprovados e outros ainda por aprovar.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Eliminar a "impunidade" dos actos de corrupção	Promover a educação cívica contra a corrupção a todos níveis, incluindo na família e as escolas	Número de campanhas realizadas	Todos os ministérios e Instituições de ensino superior	2010–2012	Melhorada a confiança nas instituições públicas na luta contra a corrupção	- O GCCC no âmbito das suas actividades tem vindo a promover campanhas de sensibilização para que os funcionários e agentes do Estado não se envolvam em actos de corrupção		
Eliminar a "impunidade" dos actos de corrupção	Reforço das medidas de prevenção contra corrupção, em especial no seio das instituições com maior número de casos (polícia, educação, saúde e alfândega)	Instrumentos jurídicos que reforçam as medidas de prevenção Números de casos registados Informações educativas / folhetos distribuídos	Todos os Ministérios em particular : Função Publica, Interior, Finanças, Educação e cultura	2010 -2012	Melhorada confiança nas instituições públicas de combate a corrupção	- As Alfândegas, a Saúde e em parte a Educação são os que tem estado a introduzir medidas para prevenir e combater a corrupção.	- Tem sido levados a cabo medidas disciplinares e criminais para alguns prevaricadores.	
Introduzir mudanças radicais na abordagem sobre corrupção	Aprovar instrumentos legais para o GCCC agir sobre casos notificados. Afectar no GCCC agentes do Ministério Público e proporcionar-lhes instrumentos jurídicos que lhes permitam julgar	GCCC com poderes para acusar casos de corrupção	Ministério da Justiça Ministério Público	2010-2011		O GCCC já tem competências para acusar crimes de corrupção e conexos, com a revisão da Lei do Ministério Público e Estatuto dos Magistrados do Ministério Público – Lei n.º 12/2007, de 8 de Fevereiro.	- O GCCC ainda não pode acusar actos de enriquecimento ilícito, tráfico de influências e outros que requerem a aprovação do Código Penal depositado na Assembleia da República	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Introduzir mudanças radicais na abordagem sobre corrupção	Processar vigorosamente os casos de grande corrupção para servir em de disuadores a actos de corrupção	Número de casos de grande corrupção reportados e julgados	Gabinete do Procurador Geral	2010-2014	Casos de grande corrupção processados vigorosamente	- Desde 2008 que são julgados casos de grande corrupção.	- Nos últimos anos há casos de grandes figuras de esfera política e do judiciário que foram julgados e condenados por seu envolvimento em casos de grande corrupção.	
	Estudar a possibilidade de reforçar a capacidade do Tribunal Administrativo e da Procuradoria-Geral da República para fiscalização da declaração de bens dos funcionários públicos e manter em arquivo a declaração após os seus mandatos	Declarações de bens depositadas no Tribunal Administrativo	Tribunal Administrativo Todos os Ministérios	2010-2014	Actos de corrupção reduzidos Prestação de contas por Funcionários seniores do Governo reforçada	- Ainda não iniciou o processo de depósito das declarações de bens no Tribunal Administrativo e nem na Procuradoria-Geral da República, embora a Lei de Probidade Pública tenha já sido aprovada.	- É necessário formar os funcionários que vão trabalhar no processo de recepção e fiscalização das declarações de bens	
	Adoptar um guião sobre ética de modo a clarificar o papel dos funcionários nos negócios e reforçar a prestação de contas de funcionários do Governo para com o povo	Número de folhetos com orientações sobre ética produzidos e distribuídos	Ministério da Justiça	2010-2012		Com a aprovação da Lei de Probidade Pública vai ajudar a clarificar alguns negócios passíveis de desconfiança.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 7: Promover e defender os direitos da mulher								
Criar um ambiente conducente a responder os assuntos de género e promover a equidade de género no meio judiciário	Implementar a lei sobre Violência Doméstica por forma a criar um ambiente conducente a responder os assuntos de género	Publicada lei sobre Violência Doméstica Relatórios de monitoria da sua implementação	Parlamento Organizações da Sociedade Civil	2010-2011	Lei sobre Violência Doméstica aprovada e implementada para proteger vulneráveis. Todas as pessoas estão conscientes influência negativa da violência doméstica na sociedade e participam na luta contra este mal. Menos violência contra as mulheres	- Já entrou em vigor a Lei sobre a violência doméstica.	- Existe dados sobre campanhas realizadas	
Criar um ambiente conducente a responder os assuntos de género e promover a equidade de género no meio judiciário	Lançar uma campanha vigorosa de sensibilização multi-sectorial sobre a violência contra as mulheres e suas formas, causas negativas e prejudiciais e mecanismos preventivos a serem implementados	Número de pessoas com conhecimento sobre a violência doméstica e a lei que pune tais práticas doentias	Ministério da Mulher e Acção Sócia Organizações da Sociedade Civil				A lei sobre violência doméstica ainda não está sendo divulgação na sua plenitude.	- Embora conhecidas, as campanhas devem chegar as comunidades mais recônditas que é onde se verificam mais casos de violência doméstica ligados a aspectos culturais e religiosos.

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Criar um ambiente conducente a responder os assuntos de género e	Expandir a implementação dos gabinetes legais de protecção à mulher ao nível local Promover seminários de capacitação	Gabinetes criados em todas as provinciais Número de gabinetes a operar em todo o país	Ministério da Mulher e Assuntos Sociais Governos provinciais e distritais	2010- 2014	lei sobre Violência Doméstica promulgada e estabelecidas instituições que protegem as partes mais vulneráveis. Gabinetes legais criados e equipados	- A polícia tem gabinetes para o tratamento de casos de violência doméstica em todas as capitais provinciais.	- É necessário que os gabinetes se expandam até aos distritos e localidades.	
Promover a equidade de género no meio judiciário	Equipar as unidades da Policiais com capacidade para lidar com a violência contra as mulheres de modo a lidarem de forma adequada com as vítimas que procuram os seus serviços	Número de unidades policiais que lidam com a violência doméstica capacitadas	Ministério da Justiça Ministério da Mulher e Acção Social Ministério do Interior	2010-2014	Unidades policiais formadas e equipadas para lidar com assuntos de violência doméstica	- Existem algumas unidades policiais que lidam com casos de violência doméstica capacitadas e outras precisam ainda de ser capacitadas.	- É necessário que todoss agentes da polícia sejam capacitados, independentement e de estarem a exercer actividades em gabinetes especializados ou não.	

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover a equidade de género no meio judiciário	Incorporar as questões de género na formação policial para garantir uma polícia sensível à questões de género	Número de polícias capacitados em assuntos de género	Ministério do Interior Ministério da Justiça Polícia	2010-2014	Polícia treinada para lidar com assuntos do género	- Foram realizadas formações contra a violência domestica	Foram realizadas formações contra a violência domestica	
Rever o decreto que reprime somente a rapariga grávida enviando-a ao curso nocturno	Rever a legislação sobre a educação por forma a introduzir questões de equidade de género.	Legislação sobre educação revista e publicada no Boletim da República	Parlamento Ministério da Mulher e Acção Social Governos provinciais e distritais	2010		Legislação revista e implementada	Legislação revista e implementada	
	Promoção de acções com vista estabelecer igualdade de oportunidades à mulher e ao homem na educação	Rever/Ajustar as penalizações à equidade de género	Ministério da Educação Governos Provinciais e Distritais	2010-2014		Tem sido levado a cabo acções tendentes a promoção de igualdade de oportunidades		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Institucionalizar e expandir o Gabinete de Protecção à Mulher nas províncias	Expandir e implantar Gabinetes de Protecção à Mulher	Número de Gabinetes criados	Ministério do Interior Ministério da Mulher e Acção Social Governos provinciais e distritais	2010 - 2012	- Existem gabinetes de atendimento a mulher e a criança nas capitais províncias	- Esta actividade foi realizada, porém precisa de acompanhamento regular	- Os gabinetes de atendimento devem ser expandidos aos distritos	
Proteger as mulheres e crianças do tráfico	Fortalecer os mecanismos de vigilância para combater o tráfico de mulheres, crianças e órgãos, incluindo forte patrulhamento e reforço da vigilância em áreas de alto risco	Relatório sobre o número e casos de tráfico detectados	Ministério do Interior Policia Alfandegas Migração	2010-2014	Níveis baixos de tráfico de mulheres, crianças e de órgãos	- Ainda constitui grande desafio devido a vulnerabilidade das fronteiras moçambicas.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 8: Promover e proteger os direitos da criança e do jovem								
Proporcionar melhor educação as crianças e reduzir a sua vulnerabilidade	Ampla disseminação e divulgação de toda a legislação sobre os direitos da criança	Número de campanhas realizadas	Ministério da Educação Ministério da mulher e Acção Social Rede de organizações de crianças	2010-2014	Eliminação da violação dos direitos da criança	-No dia 20 de Julho de 2011 foi inaugurado em Maputo um estabelecimento de recuperação de menores, enquadrado na Lei n. ° 8/2008, de 15 de Julho (Lei da Organização Jurisdicional de Menores).		
	Produzir e distribuir folhetos sobre os direitos das crianças até o ensino primário	Número de brochuras e panfletos produzidos e amplamente distribuídos		2010-2014				
	Reabilitar as crianças de rua e órfãs	Número de crianças da rua e órfãs, vivendo nos centros internatos e beneficiando de bolsa de estudos						

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Proporcionar melhor educação as crianças e reduzir a sua vulnerabilidade	Organizar pesquisas e inventar formas alternativas e meios de reabilitação de crianças de rua e órfãs de forma mais efectiva		Redes de Organizações da sociedade		Grupos de crianças vulneráveis identificadas, protegidas e reabilitadas	Foi integrada a componente de protecção social, no programa “Apoio Directo às Escolas” (ADE)	Deve-se assegurar que o programa se faça sentir em todo o território nacional.	
Proporcionar melhor educação as crianças e reduzir a sua vulnerabilidade	Fortalecer a capacidade dos Governos provinciais e distritais para lutar contra o tráfico de crianças	Número de crianças traficadas reportadas	Ministério do Interior Policia Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Tráfico de crianças controlado e eliminado	O Governo estabeleceu um “task force” em Nampula, composto pela Sociedade Civil, polícia e as comunidades que permitiu diminuir o tráfico de menores com ajuda de meios de comunicação na denúncia e prevenção	Número de crianças traficadas reportadas	
	Proporcionar as crianças uma educação adequada, incluído aquelas que vivem em campos de acomodação	Estratégias delineadas Número de crianças sem acesso a educação Número de crianças nos campos de acomodação	Ministério da Educação	2010-2014	Todas as crianças com educação adequada	Foi criada componente de protecção social, no programa “Apoio Directo às Escolas” (ADE), para permitir que mais crianças carenciadas possam frequentar os estabelecimentos de ensino básico.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Proporcionar melhor educação as crianças e reduzir a sua vulnerabilidade	Aprovar um instrumento legal que regule a classificação de vídeo tendo em conta o princípio de conteúdo / idade e respectivo controlo, incluindo a venda / aluguer / projecção de vídeos nas estações de TV e locais públicos	Publicada legislação relativa à classificação de vídeo e respectivo sistema de controlo Relatório sobre sistema de avaliação em vigor	Ministérios da Justiça, Ministério do Interior Ministério da Educação Ministério da Juventude e Desportos Organizações juvenis da sociedade civil	2010-2012	Assegurado e divulgado o instrumento legal que regula a venda / aluguer / projecção de vídeos em lugares públicos, tendo em conta o conteúdo / idade, local	Não há sinais de progresso nesta actividade, Havendo o Ministério da Cultura deverá publicita-la		
Proporcionar melhor educação as crianças e reduzir a sua vulnerabilidade	Sensibilizar as famílias e comunidades sobre a necessidade de proteger as crianças contra projecções vídeo de conteúdos inadequados Produzir brochuras para disseminação nas zonas rurais	Número de campanhas de sensibilização. Brochuras produzidas e distribuídas.	Ministérios da Justiça, Ministério do Interior Ministério da Educação Ministério da Juventude e Desportos Organizações juvenis da sociedade civil		2010-2012	Não há sinais de progresso nesta actividade Havendo o Ministério da Cultura deverá publicita-la		
	Realizar de quando em vez estudos de monitoria aos conteúdos dos programas de TV com base na idade dos telespectadores	Relatórios dos estudos Programas de estudos	Ministério da Educação Ministério da Juventude e Desportos	2010-2011	Instrumentos legais que regulam as emissões e conteúdos da TV em Moçambique assegurados e distribuídos	Actividade em curso		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 9: Proteger e promover a defesa dos direitos de grupos vulneráveis, incluindo os portadores de deficiência, pobres, deslocados e refugiados								
Garantir o necessário apoio financeiro às famílias chefiadas por idosos que cuidam de crianças órfãs	Elaborar e implementar uma estratégia de um sistema de apoio às famílias chefiadas por idosos e identificação e registo de crianças Proporcionar apoio monetário as famílias chefiadas por idosos que cuidam de crianças órfãs	Aprovada a lei Documento da estratégia e o sistema em funcionamento Orçamento aprovado Relatórios do progresso	Ministério da Mulher e Acção Social Organizações da Sociedade Civil relevantes	2011-2014	Famílias chefiadas por idosos e crianças vivem em harmonia e tem apoio assegurado para atender suas necessidades.	Actividade em curso		
Fortalecer os regulamentos que protegem grupos vulneráveis	Ratificar a Convenção sobre os Direitos e dignidade da Pessoa Portadora de Deficiência e aprovar com urgência uma lei sobre os direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Convenção sobre os Direitos e Dignidade da Pessoa Portadora de Deficiência aprovada e disseminada	Conselho de Ministros Parlamento		Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência protegidos	- Já foram aprovados os instrumentos legais pertinentes.	- É necessário que se faça uma maior divulgação dos instrumentos legais que protegam os grupos vulneráveis	
	Criar o Conselho Nacional dos Deficientes para coordenar assuntos dos mesmos	Conselho Nacional de Deficientes criado e a funcionar	Ministério da Mulher e Acção Social	2010-2012	Todos assuntos dos deficientes coordenados pelo Conselho Nacional dos Deficientes	- Actividade em curso.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Fortalecer os regulamentos que protegem grupos vulneráveis	Aprovar a lei que regula o desenho dos edifícios públicos e outras infraestruturas de modo que os tornem acessíveis à pessoas portadoras de deficiência	Regulamentos aprovados, publicados e disseminados	Ministério da Justiça, Mulher e Acção Social, Obras Públicas e Habitação, Administrações Municipais locais, Governo, Conselho Nacional dos deficientes	2010-2014	Todos edifícios públicos e outras infraestruturas acessíveis as Pessoas Portadoras de Deficiência	- Alguns edifícios já são acessíveis aos deficientes.	- É preciso que mais edifícios já construídos sejam adaptados ao acesso de pessoas com deficiência e os novos obrigatoriamente devem ser construídos com essa facilidade, incluindo os edifícios de entidades privadas.	
	Estabelecer um sistema de aviso prévio para a detecção prévia de catástrofes naturais para mitigar os efeitos nocivos dos desastres naturais			Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental	2010-2012	Introduzidos regulamentos para proteger grupos vulneráveis	Criados comités de gestão de riscos de calamidades	- Já estão estabelecidos os mecanismos de aviso prévio em todos os locais propensos a ocorrência de calamidades.

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
GOVERNAÇÃO E GESTÃO ECONÓMICA								
PADRÕES E NORMAS INTERNACIONAIS								
Ratificar, publicar e disseminar princípios, padrões e normas	Assinar, ratificar, publicar e disseminar convenções da SADC e normas internacionais	Número de tratados, normas e padrões assinados, ratificados publicados Tratados e códigos listados no GovNet e livros	Parlamento Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério da Justiça e outros ministérios implementadores	2010-2014	Assinados e ratificados Normas e códigos incluídos na legislação moçambicana. Documentos publicados e disponibilizados ao público	Foram assinados vários Tratados e Convenções Internacionais. O relatório apresenta a relação do que foi assinado de 2007 a 2012 Embora sejam documentos públicos a informação sobre os mesmos é ainda reduzida		
	Cada Ministério deve guardar registos apropriados das normas, códigos e práticas que têm sido adoptadas ou aplicadas	Número de registos, padrões e normas guardadas em cada ministério	Todos os Ministérios e agências	2010-2014	Todos os padrões, normas e práticas arquivadas	Cada ministério tem legislação principal e sectorial, com alguns links a outros sectores nacionais importantes e instituições internacionais relevantes.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Ratificar, publicar e disseminar princípios, padrões e normas	Criar um centro depositário no Ministério dos Negócios Estrangeiros para centralizar todas as normas e códigos que foram assinados e aprovados e estabelecer um sistema para acompanhar a execução	Depósito Central criado e o estado da documentação monitorada relatório de implementação de padrões e normas	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Justiça	2010-2012	Implementação do sistema centralizado de monitoria de padrões, normas e práticas	Foram criados dois órgãos: - Divisão de Documentação Parlamentar, na Assembleia da República, e - Repartição de Tratados Internacionais, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.		

Objectivo específico	Descrição da actividade	Indicadores de monitoria	Agente implementador	Período de execução	Resultado esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 1: Promover Políticas Macroeconómicas que assegurem um Desenvolvimento Sustentável								
Garantir o crescimento e estabilização macroeconómica	Privilegiar um crescimento económico abrangente que reduza a pobreza e desigualdades através do empoderamento de indivíduos para participarem no processo de crescimento em termos de emprego e recursos produtivos	Estratégia revista com vista a aumentar o emprego. Número de pessoas empregadas/ empregos criados e pessoa participando no processo de crescimento. Reduzida a taxa de desemprego	Ministérios da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Outros sectores	2010-2014	Maior Participação das pessoas no processo de crescimento da economia e por conseguinte a redução do desemprego e aumento da renda	A economia continuou a crescer numa média de 7% ao ano, entre 2007 e 2011); A inflação manteve-se controlada numa média de 10,3% entre 2007 a 2011; Aumentaram as oportunidades de emprego, em 2011 foram integrados no mercado do trabalho 315.700 trabalhadores mas há dificuldades em ter estes indicadores com exactidão ; O PIB per capita cresceu de 340 USD para 470USD entre 2007 a 2011;	Apesar das altas taxas de crescimento económico a pobreza continua um desafio para o país.	Garantir o crescimento e estabilização macroeconómica

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementadora	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Garantir o crescimento e estabilização macroeconómica	Explorar alternativas para reduzir a dependência externa mobilizando recursos domésticos e racionalização das despesas não prioritárias	Proporção do apoio externo no OE reduzida continuamente	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças e outros sectores	2010-2014	Maior mobilização e uso de recursos domésticos	Implementadas reformas tributárias (novos regimes tributários para grandes projectos e para pequenos contribuintes); Modernização e ampliação dos postos de cobranças; Facilitação de procedimentos aos contribuintes (ex.: criação da JUE); Lançadas campanhas de educação fiscal e aduaneira, bem como de popularização do imposto.	A taxa de dependência externa está a reduzir substancialmente, tendo reduzido 56%, em 2008, para 42,3%, em 2011. No mesmo período, o índice de fiscalidade aumentou de 13,49% para 18,37% (porém, ainda abaixo da média da SADC, que é de 21%)	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementadora	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reforçar o sector de políticas monetárias	Reforçar a capacidade de análise para melhor informar as decisões de política monetária e de gestão	Quadro compreensivo de gestão de liquidez que mantém a estabilidade do mercado financeiro	Ministério das Finanças Ministério da Planificação e Desenvolvimento Banco de Moçambique	2010-2014	Banco Central com capacidade melhorada na formulação de políticas monetárias e de gestão	Melhorado o modelo de projecções de inflação; Melhorado o mecanismo de comunicação das decisões de política; Melhorado o modelo de previsão de liquidez; Melhorado o doseamento nas intervenções do Banco Central nos mercados interbancários.		

<p>Reforçar o sector de políticas monetárias</p>	<p>Introduzir medidas adicionais com vista a expandir e ampliar o mercado financeiro e reduzir as taxas de juros</p>	<p>Aumentado os incentivos disponibilizados aos Bancos Comerciais para abrirem Delegações nos distritos.</p> <p>Implementadas medidas para reduzir as taxas de juros e outras comissões e custos Bancárias</p>	<p>Ministério das Finanças Ministério da Planificação e Desenvolvimento Banco de Moçambique</p>	<p>2010-2014</p>	<p>Ampliado o mercado financeiro e reduzidas as taxas de juro</p>	<p>Intensificou a bancarização tendo em 2011 sido abertas mais 82 agencias de instituições financeiras e micro financeiras e alargamento de serviços financeiros nas zonas rurais e peri-urbanos (aumentou o número de balcões e distritos cobertos);</p> <p>Aumentou o número de filiais do Banco de Moçambique;</p> <p>Aumentou o número de microbancos e operadores de micro-créditos</p> <p>Foi reduzida a taxa de juro de intervenção do Banco de Moçambique;</p> <p>Foi aberto espaço, na Bolsa de Valores, para pequenas e médias empresas;</p> <p>Foi criada a empresa SIMO que disponibiliza um sistema electrónico de pagamentos para reduzir os custos de transacções bancárias</p>	<p>Apesar da aceleração na bancarização da economia o custo do capital continua alto e o seu acesso restritivo.</p>	
---------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------	-------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Reforçar o sector de políticas monetárias	Iniciar o processo de criação de um Banco de Desenvolvimento por forma a assegurar o acesso ao crédito pelos empresários locais	Banco de Desenvolvimento criado	Ministério das Finanças Ministério da Planificação e Desenvolvimento Banco de Moçambique	2010-2012		Foram feitos alguns estudos para análise da viabilidade da sua criação mas os resultados não foram consensuais.		
Reforçar o sector de políticas monetárias	Introduzir medidas adicionais para proteger a economia contra efeitos adversos da crise económica internacional	Relatórios de monitoria das medidas	Ministério das Finanças Ministério da Planificação e Desenvolvimento Banco de Moçambique	2010-2014	Controlado o impacto da crise económica internacional e reduzido o défice da conta corrente Aumentado o volume das poupanças na economia	O Banco Central concluiu acordos de cooperação com outros bancos centrais; O Banco Central reforçou a supervisão bancária prudencial; Houve fortalecimento na alocação de recursos para áreas prioritárias do combate à pobreza; Foi concedido subsídio ao combustível para minimizar os efeitos na população		
	Acelerar o processo de aderência à Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva	Relatórios da implementação da iniciativa Aderência aprovada e ratificada pelo Parlamento e publicada no BR	Ministério dos Recursos Minerais Ministério das Finanças CPI	2010-2011	Informação sobre custos e receitas fornecida pelos Mega Projectos disponibilizada ao público e sujeita a verificação, e mais transparência nas actividades comerciais em geral	Moçambique foi considerado como cumpridor da ITIE em 2012, depois de várias fases no âmbito da adesão do país àquela iniciativa internacional.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reforçar o sector de políticas monetárias	Rever o regime regulador e fiscal dos mega-projetos para incentivar e facilitar o investimento, promover actividades de exploração e remover obstáculos desnecessários e encargos regulamentares indevidos	Novo regime regulador e fiscal para os Mega Projectos aprovado	Ministério dos Recursos Minerais Ministério das Finanças CPI Autoridade Tributária	2010-2012	Mobilização eficiente e eficaz de recursos com a maximização dos benefícios da Mega-Projectos e provenientes do crescimento de outras empresas do sector privado. Investimentos para PME's locais e incentivados e facilitados de forma justa, independentemente da sua dimensão e origem.	Foi revisto, em 2009, o Código de Benefícios Fiscais, que reduz significativamente os incentivos aos mega-projectos; Foi alterada a legislação sobre as minas e os petróleos Em curso negociações, caso a caso para renegociação dos contratos dos mega projectos.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementadora	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reforçar o sector de políticas monetárias	Consolidar e simplificar as estratégias existentes na área económica e industrial	Documentos de estratégias económicas e industriais revistos, com foco na modernização e desenvolvimento das PME e do sector informal numa base regional de desenvolvimento equilibrada Divulgação ampla de documentos de trabalho sobre as estratégias económicas e industriais	Ministério da Indústria e Comércio	2010-2014	Industrialização eficaz e eficiente no País que leve ao desenvolvimento não só das empresas de pequena escala, bem como das PME e do sector informal. Redução das desigualdades regionais	Foi revisto o documento de Estratégias económicas industriais, com foco na modernização e desenvolvimento das PME. A industria extractiva tem dominado o crescimento industrial no país tendo de 2010 a 2011 registado um crescimento médio de 15,6% contra 3,1% dos sectores de alimentação, bebidas e metalurgia O desenvolvimento das PME é ainda fraco		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementadora	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover o investimento	Formular uma estratégia explícita e abrangente para o reforço das PME's no acesso ao crédito e providenciar infra-estruturas e formação	Documento de estratégia disponível. Relatório com o número de infra-estruturas criadas, o crédito facilitado e empresários treinados	CPI Ministério da Indústria e Comércio Banco de Moçambique	2010-2014	Reforço da capacidade das PME's e empresários	Foi criado o IPEME; Foi revisto o documento de Estratégias económicas industriais, com foco na modernização e desenvolvimento das PME's. Criado espaço, na Bolsa de Valores de Moçambique, para as PME's transaccionarem suas acções.		

Promover o investimento	Aumentar a eficácia e eficiência do Estado no provimento de serviços ao Sector Privado no lugar de meros incentivos fiscais	Relatórios de monitoria sobre provimento de serviços cruciais para o desenvolvimento do Sector Privado tais como estradas, sistemas de comunicações, electricidade, e infra-estruturas para formação disponibilizados	Ministério das Finanças Ministério das Obras Públicas e Habitação Ministério da Indústria e Comércio Ministério da Planificação e Desenvolvimento	2010-2014	Melhorada a eficiência e eficácia do Estado no provimento de serviços para facilitação de negócios	Introduzido o licenciamento simplificado através dos BAUs, desde 2007; Foram criados novos postos de cobrança; Foi criada a JUE para simplificar os procedimentos aduaneiros na importação e está em desenvolvimento o e-Tributação que vai informatizar os procedimentos nos impostos internos, Em curso o Plano de construção de infraestruturas de circulação e comunicação		
	Melhorar e reforçar os BAUs reduzindo as exigências burocráticas e atrasos	Relatórios disponíveis sobre os BAUs no País Número de dias necessários para iniciar um negócio e número de documentos necessários	Ministério da Indústria e Comércio Ministério das Finanças	2010-2014	Estabelecido um mecanismo mais eficiente e efectivo de iniciar um negócio através dos BAUs Redução nos custos para fazer negócios	Os BAUs foram expandidos e apetrechados com equipamento informático Em curso estudos para desenvolvimento de uma plataforma integrada de prestação de serviços ao cidadão com integração de mais serviços sectoriais.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Diversificar a Economia	Criar uma estrutura de incentivos dirigidos a vinculação do processo de industrialização e a base de recursos naturais do País visando estabelecer fortes ligações à montantes e a jusantes		Ministério da Industria e Comércio Ministério de Recursos Minerais	2010-2012	Progressos na Industrialização É criada no País uma forte base de recursos a partir de um aumento de capital privado, em particular na agricultura, mineração e turismo.	Foram intensivamente reabilitadas as estradas primárias e corredores de transporte no país; Foram projectadas infra-estruturas para corredores de desenvolvimento do país; Foram alargadas escolas técnicas; Foi aprovado o Programa Alargado de Investimentos.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementadora	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Diversificar a Economia	Implementar as recomendações da Cimeira dos Chefes de Estado da União Africana de Fevereiro de 2007 para que Governos façam uma dotação orçamental de pelo menos 1% do total do PIB para o sector industrial	1 % do PIB alocada ao Sector Industrial	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Indústria e Comércio	2010-2014	Progresso na dinamização da industrialização	Há uma ligação sectorial reforçada que concorre para o desenvolvimento industrial, sendo de destacar o papel de sectores como: educação, infra-estruturas, entre outros.	Como consequência da ligação sectorial tendente ao objectivo de desenvolvimento industrial, é difícil estimar com precisão os recursos alocados para este fim, o que requer uma classificação orçamental programática em introdução no país.	

Objectivo Especifico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Diversificar a Economia	Criar uma estrutura de incentivos dirigidos a vinculação do processo de industrialização e a base de recursos naturais do País visando estabelecer fortes ligações à montantes e a jusantes		Ministério da Industria e Comércio Ministério de Recursos Minerais	2010-2012	Progressos na Industrialização É criada no País uma forte base de recursos a partir de um aumento de capital privado, em particular na agricultura, mineração e turismo.	Foram intensivamente reabilitadas as estradas primárias e corredores de transporte no país; Foram projectadas infra-estruturas para corredores de desenvolvimento do país; Foram alargadas escolas técnicas; Foi aprovado o Programa Alargado de Investimentos.		
Diversificar a Economia	Implementar as recomendações da Cimeira dos Chefes de Estado da União Africana de Fevereiro de 2007 para que Governos façam uma dotação orçamental de pelo menos 1% do total do PIB para o sector industrial	1 % do PIB alocada ao Sector Industrial	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Indústria e Comércio	2010-2014	Progresso na dinamização da industrialização	Há uma ligação sectorial reforçada que concorre para o desenvolvimento industrial, sendo de destacar o papel de sectores como: educação, infra-estruturas, entre outros.	Como consequência da ligação sectorial tendente ao objectivo de desenvolvimento industrial, é difícil estimar com precisão os recursos alocados para este fim, o que requer uma classificação orçamental programática em introdução no país.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 2: Implementar Políticas Macroeconómicas Sólidas, Transparentes e Previsíveis								
Assegurar a implementação de políticas macroeconómicas sólidas, transparentes e previsíveis	Melhorar a responsabilização através da publicação de relatórios de contas até ao nível local	Produzidos Relatórios electrónicos (e-SISTAFE)	Ministério das Finanças Governos das Administrações Distritais e Provinciais	2010-2014	2010-2014	Melhoria do conhecimento público / consciência sobre políticas macroeconómicas. Melhoria na facilitação de Investimentos.		
	Disseminar leis, Políticas e Programas do Governo até ao nível local (distrito e localidade)	Publicações / Brochuras (em Português e línguas locais). Breves Informações sobre os clientes / produtores de importação e exportação de bens	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças		Progresso na dinamização da industrialização	Produzidos e distribuídos diferentes brochuras e spots		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reformar o sector público	Reforçar as capacidades da Comissão Inter-Ministerial para a Reforma do Sector Público e da Unidade Técnica de Reforma do Sector Público e ligar o processo de reforma do sector público as necessidades do país a médio e longo prazo.	Relatório de avaliação de capacitação de gestores a médio e longo prazo. Número de actividades de formação de gestores e funcionários públicos levadas a cabo	Gabinete do Primeiro-Ministro Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério da Administração Estatal Ministério das Finanças Ministério da Função Pública	2010-2014	Reforçar a capacidade do sector público na gestão de finanças públicas e a necessidade de realizar auditoria a médio e longo prazo	Produzido o manual de procedimentos de actividades de fiscalização e inspecção administrativa; Produzido o guião do inspector; Concluídas as propostas do regulamento das carreiras de inspecção administrativa, dos qualificadores profissionais e do código de conduta; Foi aprovado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector da Administração Pública; Aprovada a Lei de base de organização e funcionamento da Administração Pública.		
Reformar o sector público	Descentralizar mais autoridade para a mobilização de recursos para os níveis provincial e distrital, como parte do processo de descentralização	Relatórios sobre o processo de descentralização e participação das comunidades locais no seu desenvolvimento económico	Ministério da Administração Estatal Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças	2010-2014	Processo de descentralização eficiente e eficaz. Maior eficiência na mobilização de recursos locais. Comunidades locais fortemente envolvidas no desenvolvimento económico local	Elaborada a Proposta da Política e Estratégia Nacional de Descentralização; Foram alocados mais meios aos órgãos locais; Foram realizados cursos de formação e capacitação aos membros das Assembleias Provinciais; Expandiu-se o e-SISTAFE.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reformar o sector público	<p>Alargar a base tributária, aumentar a eficiência na cobrança dos Impostos,</p> <p>Introduzir uma maior transparência e equidade no Sistema fiscal</p>	<p>Documento Estratégia para simplificação na cobrança do imposto; Relatórios periódicos sobre a cobrança do sistema fiscal</p> <p>Aumento das receitas fiscais em percentagem anual do PIB</p> <p>Aumento do número de contribuintes.</p> <p>Aumento do número de instalações de arrecadação nas zonas rurais e simplificação dos impostos para os pequenos contribuintes</p>	Ministério das Finanças, Autoridade Tributária	2010-2014	Ampliar a base tributária, Estabelecido sistema fiscal eficiente, transparente e equitativo Mais transparência e eficácia na cobrança dos impostos	<p>Implementadas reformas tributárias (novos regimes tributários para grandes projectos pequenos contribuintes);</p> <p>Modernização e ampliação dos postos de cobranças;</p> <p>Facilitação de procedimentos aos contribuintes (ex.: criação da JUE);</p> <p>Lançadas campanhas de educação fiscal e aduaneira, bem como de popularização do imposto.</p>		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reformar o sector público	Realizar auditorias internas para examinar as questões financeiras, bem como questões de atrasos na execução, custos superiores aos previstos, e o impacto dos projectos	Relatórios periódicos sobre as auditorias internas das despesas públicas, incluindo dos projectos	Ministério das Finanças, Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Auditoria Geral (Inspecção Geral de Finanças)	2010-2014	Maior transparência e responsabilidade e na gestão dos recursos públicos	Foi desenvolvido um sistema de gestão e acompanhamento das recomendações de auditorias realizadas pela Inspecção Geral de Finanças e do Relatório do Parecer do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado.		
Assegurar a eficácia e eficiência na gestão das finanças públicas e reforma tributária	Formar continuamente funcionários públicos em gestão de fundos públicos em todos os órgãos públicos, a nível nacional, distrital e provincial	Plano Nacional e Estratégia de formação eficiente para dar emprego ao capital humano	Todos os Ministérios Organizações da Sociedade Civil	2010 –2014	Melhorado o desempenho dos procedimentos de contabilidade e de auditoria do Governo, transparência, eficácia e eficiência.	- Realizadas várias acções de formação e capacitação dos funcionários para garantir a sua formação contínua em gestão de fundos públicos a nível nacional, territorial e provincial. Aprovada a Lei das Empresas Públicas e a Estratégia da Gestão da Dívida Pública		
	Criar instrumentos de regulamentação de contratos (procurement) / procedimentos e formação	Número de funcionários formados responsáveis por actividades de procurement em todos os ministérios	Ministério das Finanças	2010 –2014	Melhorada a gestão das finanças públicas e de coordenação entre os sectores dos ministérios e organizações da sociedade civil	- Formação contínua dos funcionários do Estado - Encontros regulares com as organizações da Sociedade Civil	Criar instrumentos de regulamentação de contratos (procurement) / procedimentos e formação	Número de funcionários formados responsáveis por actividades de procurement em todos os ministérios

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar a participação e consulta a todas partes interessadas na tomada de decisões económicas	Continuar a reforçar o sistema de consulta e participação popular na tomada de decisões económicas, incluindo a criação de actividades de coordenação e um plano de acção com prioridades bem definidas	<p>Estabelecido o sistema de consulta entre o Governo e todos os interessados, incluindo o sector público e o sector privado em todos os níveis central, provincial, distrital / comunidade</p> <p>Planos de acção produzidos e prioridades estabelecidas.</p> <p>Número de reuniões entre o Governo e sector privado (CTA) Programas de avaliação conjunta</p> <p>Observatório Desenvolvimento Organizações da Sociedade Civil Consulta parlamentar</p>	<p>Sectores ministeriais Banco de Moçambique Gabinete do Primeiro Ministro Presidência da República CTA Instituições Financeiras Organizações da Sociedade Civil Governos Provinciais e Distritais</p>	2010-2014	<p>Reforçada a consciência pública sobre políticas económicas. Melhorada amplamente a consulta do Governo com as partes interessadas, o sector o público, privado e as comunidades. Conselhos Comunitários das Comunidades de Líderes e Conselhos Consultivos mais operacionais</p>	<p>Anualmente há uma avaliação independente do QAD do Governo e dos Doadores;</p> <p>Anualmente são realizados Observatórios de Desenvolvimento aos níveis central e provincial;</p> <p>Há uma revisão contínua dos indicadores do PES;</p> <p>Lançado o Plano Nacional Pós-Busan, com a participação de todos os actores de desenvolvimento (Governo, Sociedade Civil, Assembleia da República, Sector Privado e Parceiros de Cooperação, tradicionais e emergentes).</p>		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar uma boa planificação, orçamentação, formulação e supervisão de políticas económicas	Reforçar a capacidade de trabalho analítico que sustenta a planificação nas decisões económicas	Disponibilidade de de pessoal capacitado e existência de dados abrangentes e fiáveis	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Banco de Moçambique	2010-2014	Melhoria da eficácia na previsibilidade das políticas económicas do Governo. Facilitação na priorização de metas e resultados	Foi criado um programa de formação para os quadros do MPD, Ministério das Finanças e Banco de Moçambique, para participar em cursos de curta duração no FMI e Banco Mundial; Capacitação de curta duração na área de programação e gestão macroeconómica, monitoria dos indicadores macro-fiscais e análise da sustentabilidade da dívida pública;		
	Emigrar da orçamentação por programa para o sistema baseada em gestão integrada de recursos	Clara especificação dos produtos e actividades, combinando recursos de acordo com os resultados desejados.	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Todos os sectores ministeriais	2011-2012	Mais eficiência na alocação de recursos. Monitoria e avaliação facilitados	Assinalados progressos na transição do orçamento por programa para o sistema baseado em gestão integrada Reforçada a metodologia da planificação e orçamentação por programas.	Emigrar da orçamentação por programa para o sistema baseada em gestão integrada de recursos	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar uma ampla participação na tomada de decisões económicas e larga disseminação da informação e consciência nacional das políticas económicas.	Assegurar que membros do parlamento estejam informados sobre as políticas e actividades do Governo	Número de vezes que os deputados consultam e dão feedback aos eleitores sobre as políticas e actividades do Governo. Estabelecidas ligações entre Governo e outros interessados. Campanhas de disseminação de informação	Assembleia da República Legislador	2010-2014	Maior sensibilização sobre políticas económicas e participação efectiva de todos os interessados e o público em todos os níveis. Maior participação na tomada de decisões económicas	Foram lançadas iniciativas de ligação entre parlamentares e Sociedade Civil (ex.: diálogo interparlamentar, Agenda Pós-Busan e acções no âmbito do Fórum de Monitoria do Orçamento); Foram criadas condições para que os Deputados sejam informados das políticas para realizar um trabalho permanente ao nível dos círculos eleitorais para divulgação da informação.		
Melhorar o sistema de planificação e coordenação de políticas	Realizar uma revisão global do sistema de distribuição de fundos para vários distritos para a produção de alimentos e criação de emprego, com vista a torná-lo mais transparente, equitativa, eficaz e sustentável	Nível de utilização do Orçamento. Actividades de utilização de orçamento, transferência de fundos de investimento, baseado nas provinciais e distritos	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças	2010-2014	Melhorada coordenação e implementação de planos económicos. Recursos transferidos em tempo útil	Aumentou o volume do FDD, incluindo a introdução da componente de combate à pobreza urbana. O valor dos recursos para os distritos é aumentado anualmente dentro das possibilidades do orçamento		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar a Coordenação de Políticas	Capacitar os Conselhos consultivos em planificação de projectos, especialmente na preparação de projectos	Formação para todos os membros dos conselhos consultivos	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Administração Estatal	2010-2014	Mais eficiência e transferência e alocação de fundos de investimento de iniciativa local	O MPD tem organizado capacitações e formações aos membros dos CCLs na identificação e elaboração de projectos. Há acções de capacitação facilitadas pelas ONGs locais e internacionais.		
Objectivo 3: Promover uma Gestão Sólida das Finanças Públicas								
Reforçar a gestão de finanças públicas	Melhorar a coordenação e colaboração entre o Governo e os Parceiros de Apoio Programático	Relatórios progresso conjuntos	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Parceiros de Apoio Programático	2010-2012	Fundos transferidos para as instituições de execução atempadamente	- A coordenação entre o Governo e os Parceiros de Apoio Programático melhorada. Anualmente se faz a avaliação em conjunto com os parceiros - Na transferência de fundos constata-se melhoria mas ainda com alguns atrasos.		
Reforçar a gestão de finanças públicas	Apetrechamento das instituições locais em termos materiais (infra-estrutura, equipamentos) e meios humanos capacitados	Sistema funcional e descentralizado de pagamento em todos distritos	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Indústria e Comércio	2010-2014	e-SISTAFE funcional em todos os distritos	Em 2010 iniciou a implementação da III Fase do Programa de Modernização da Administração Financeira do Estado; - Novos pontos do e-SISTAFE instalados nas diferentes instituições do Estado a nível central, provincial e distrital - 52,6% da Execução do	A falta de cobertura total com a energia e todo país complica a expansão do e-SISTAFE	

						Orçamento foi realizada por via directa no e-SISTAFE em 2012; - Até 2011, no âmbito do pagamento de salários, foram integradas 420 Instituições do Estado no sistema de pagamento e-Folha (95 a nível central e 325 a nível provincial) Em Setembro de 2012 iniciou o processo ao nível das escolas tendo sido introduzidas 290 ate fim do ano		
Reforçar a gestão de finanças públicas	Facilitar a afectação estratégica de recursos humanos nos distritos	Estrutura das instituições locais equipadas e com pessoal Formado. Número de empregos aos níveis distrital e local		2010-2014	Melhorada capacidade do pessoal local	- Aprovados alguns incentivos para os funcionários afectos nos distritos - Formação ou capacitação contínua para o pessoal local (sobretudo através do Conselho consultivo)		
Melhorar o quadro de políticas das finanças públicas	Conduzir o processo de elaboração de planos de investimento de PME e programas para garantir sua consistência com os objectivos da industrialização do país	Capacitar as pessoas locais para assegurar um amplo desenvolvimento económico. Acção implica a excepção das PME, com impostos.	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Industria e Comércio	2010-2014	Promoção do desenvolvimento do sector privado, em particular as PME	- Criadas diretrizes que orientam o processo de elaboração de planos e programas de investimento no país; - CTA (sector privado) em constante diálogo sectorial com diferentes Ministérios no processo de definição de prioridades nos documentos de planificação. - Trabalho activo do IPEME		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
<p>Melhorar o quadro de políticas das finanças públicas</p>	<p>Continuar a fortalecer e consolidar a expansão da aplicação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE)</p>	<p>Todos os distritos com SISTAFE e e-SISTAFE instalado e funcionários treinados. Relatórios de execução orçamental</p>	<p>Ministério das Finanças Governos Provinciais e Distritais Bancos Comerciais Projectos no âmbito da Reforma da Administração Financeira do Estado (UTRAFE)</p>	<p>2010-2014</p>	<p>SISTAFE em todos os níveis do Governo. Melhorada a gestão, a responsabilização e a transparência das contas do Estado</p>	<p>- Criado o CEDSIF órgão com a atribuição de prestar a todos os órgãos e instituições do Estado serviços de organização e modernização dos processos de gestão das Finanças Públicas</p> <p>Aprovada a Visão das Finanças Públicas 2011-2025</p> <p>Em curso a concepção e desenvolvimento de novos módulos do SISTAFE;</p> <p>- Concluída a funcionalidade do e-inventario, em fase de conclusão a elaboração do catalogo no âmbito do desenvolvimento do Modulo do Patrimonio do Estado.</p> <p>Em desenvolvimento o modulo de arrecadação das receitas tendo já sido concluído a funcionalidade do NUIT Elaborado o modelo conceptual para o Subsistema de Planificação e Orçamentação</p>		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o quadro de políticas das finanças públicas	Publicação através do e-SISTAFE relatórios de execução orçamental do Estado a todos os níveis do Governo	Imprimido relatórios de execução orçamental do estado via e-SISTAFE	Ministério das Finanças Governos Provinciais e Distritais Bancos Comerciais, Projectos no âmbito da Reforma da Administração Financeira do Estado (UTRAFE)	2010-2014	Desembolso e a utilização dos fundos geridos e comunicados via e-SISTAFE	- 52,6% da Execução do Orçamento foi realizada por via directa no e-SISTAFE ate fins de 2012; - Até 2011, no âmbito do pagamento de salários, foram integradas 420 Instituições do Estado no sistema e-Folha (95 a nível central e 325 a nível provincial) Em Setembro iniciou o pagamento via e-folha nas escolas tendo sido abrangidas ate fim do ano 290 isto é 3% do existente	A falta de cobertura total com a energia e todo país complica a expansão do e-SISTAFE	
	Harmonizar e implementar normas e procedimentos de programação, execução e avaliação de recursos públicos	Relatório de fundos de investimento (projectos sectoriais) ainda abrangidos pelas atribuições de recursos extra orçamentais	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças	2010-2014	Melhorado o processo de Orçamentação Todos os fundos são canalizados através do Orçamento do Estado, resultando numa alocação e eficiente utilização de fundos	- Elaborado o modelo conceptual para o Subsistema de Planificação e Orçamentação - Processo de orçamentação melhorado Embora apresente melhorias significativas ainda persiste a execução de fundos fora do OE	Todos os fundos deviam ser executados dentro do orçamento	
Melhorar o quadro de políticas das finanças públicas	Continuar a consolidar e melhorar as reformas introduzidas no sistema tributário	Simplificação do número de impostos, número de impostos directos substituídos aos pequenos comerciantes	Ministério das Finanças, (ATM)	2010-2014	Sistema de reforma de impostos melhorado e consolidado	- Continuação das reformas fiscais; - Novo código de benefícios fiscais aprovados em 2009 - Lei do regime aduaneiro específico para os mineiros moçambicanos aprovada;		

						<ul style="list-style-type: none"> - Lei que cria a Câmara dos Despachantes Aduaneiros aprovada - 2012 prevê-se reformas adicionais em sede do IVA, IRPS e IRPC - Implementado projecto-piloto JUE que vai facilitar o desembaraço aduaneiro - Em curso o desenvolvimento do projecto E-tributação que vai permitir a informatização dos impostos 		
Melhorar o quadro de políticas das finanças públicas	Continuar a melhorar a estrutura da administração fiscal, com vista a torná-lo mais eficiente	Número de postos fiscais, contribuintes e volume de impostos cobrados em zonas rurais	Ministério das Finanças, (ATM)	2010-2014	Aumentados impostos cobrados nas zonas rurais (incluídos nas localidades)	- Foi introduzido em 2009 o ISPC para incluir mais contribuintes do sector informal e nas zonas rurais		
Melhorar a monitoria e informação sobre receitas e despesas	Desenvolver e implementar os subsistemas que forneçam informações oportunas e confiáveis sobre os orçamentos e recursos dos organismos estatais e instituições	Monitorar os resultados das receitas e despesas do Governo infundido com as autoridades provinciais e distritais e para o público	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças	2010-2014	Melhorada fiscalização do orçamento do Estado. Subsistemas que forneçam informações oportunas e confiáveis sobre os orçamentos e recursos dos organismos estatais e instituições estabelecidas	Trabalho conjunto entre o MF e o TA para extracção dos mapas para CGE atreaves do SISTAFE Aprovado Modelo Conceptual do Sistema do Controlo Interno Definida obrigatoriedade para o funcionamento dos órgãos de controlo interno nas instituições incluindo para parecer sobre a CGE		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar a monitoria e informação sobre receitas e despesas	Fazer mais esforços de modo a assegurar que relatórios financeiros do Governo estejam acessíveis ao público em geral, especialmente nas zonas rurais	Versões populares dos relatórios financeiros acessíveis a todos	Ministério das Finanças Governos locais	2010-2014	Relatórios financeiros acessíveis (versão popular) publicada e distribuída anualmente nas zonas rurais	<p>- Intensificado o uso das páginas web do MPD, INE e Ministério das Finanças na disponibilização de Planos e Orçamentos;</p> <p>- O Ministério das Finanças lançou a iniciativa de simplificação do orçamento e disponibilização em pequenas brochuras na forma de Orçamento Cidadão</p> <p>Em estudo e a ser disponibilizado em 2013, o tipo de informação sobre a execução do orçamento a ser disponibilizada num portal para consulta pública designado de portal da transparência</p> <p>- Projectado um Plano Estratégico do Sistema Nacional de Estatísticas e iniciadas acções de extensão de infra-estruturas e de recursos humanos para a cobertura do nível distrital;</p> <p>- Intensificação do uso dos Observatórios de Desenvolvimento aos níveis central e provincial;</p>	- O acesso à informação pública ainda continua um grande desafio apesar de alguns esforços empreendidos	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar a fiscalização sobre as operações fiscais do Governo	Reforçar a capacidade do Parlamento de exercer a supervisão das finanças públicas	Espaço de trabalho previsto para os deputados, o número de pessoal qualificado para auxiliar no trabalho assente na investigação	Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Finanças e Parlamento	2010-2014	Melhorada capacidade do Parlamento para fiscalizar operações fiscais do Governo	<ul style="list-style-type: none"> - Realizadas regularmente visitas de fiscalização sectorial pelas Comissões da Assembleia da República e elaborados relatórios de recomendações (11 províncias e 80 distritos visitados por ano) - Comunicações elaboradas pelas Assembleias Provinciais à Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República sobre a fiscalização da execução do Plano e Orçamento do Estado ao nível da província; - Produzida resolução com recomendações da Assembleia da República sobre a Conta Geral do Estado 		
	Garantir acções vigorosas em relação as constatações dos relatórios de auditoria interna e externa e nos relatórios do Tribunal Administrativo e Parlamento na gestão das finanças públicas	Acções correctivas realizadas na sequência de informações contidas nos relatórios	<p>Gabinete do Primeiro Ministro</p> <p>Ministério das Finanças</p> <p>Ministério da Justiça</p> <p>Ministério da Planificação e Desenvolvimento</p>	2010-2014	Conselho de Ministros com maior consciência para implementar conselhos reflectidos em auditoria interna e externa e dos relatórios do Tribunal Administrativo	- Em 2011 foram realizadas acções específicas de acompanhamento das recomendações em 20 instituições de nível central, provincial e distrital, no âmbito da implementação do sistema de gestão e acompanhamento das recomendações de auditorias feitas	.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar a fiscalização sobre as operações fiscais do Governo	Criar incentivos para estimular a afectação estratégica de recursos humanos a nível distrital	Nível de salários e vencimentos e outros incentivos materiais	Ministério da Função Publica Ministério das Finanças Ministério da Administração Estatal	2010 -2012	Melhoria da capacidade do pessoal e o número de trabalhadores aos níveis distrital e local	- Alguns incentivos para os funcionários afectos nos distritos - Formação ou capacitação contínua para o pessoal local (sobretudo através do Conselho consultivo)		
	Assegurar uma ampla participação da sociedade no acompanhamento da implementação do processo de execução do orçamento	Número de relatórios conjuntos (Governo, sociedade civil e níveis de participação da Sociedade Civil	Observatório de Desenvolvimento e outras Organizações da Sociedade Civil relevantes	2010 - 2014	Transparência na gestão de recursos	- Intensificado o uso dos Observatórios de Desenvolvimento aos níveis central e provincial como espaço para a prestação de contas pelo Governo, com a participação da Sociedade Civil, e Parceiros de Cooperação		
Promover a gestão de finanças públicas	Definir, harmonizar procedimentos de planificação, execução, controlo e avaliação da utilização de recursos públicos	Julgamento de casos de contas públicas assegurado Tribunal Administrativo. Manual que define regras e procedimentos	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças	2010	Estabelecidos procedimentos de planificação, execução e avaliação	- Elaborado o modelo conceptual para o Subsistema de Planificação e Orçamentação - Processo de orçamentação melhorado		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar uma descentralização fiscal eficaz	Acelerar o processo de descentralização fiscal, a fim de dar às comunidades locais propriedades de seu desenvolvimento económico	Progressos a nível da execução do processo de descentralização para os distritos e na atribuição de responsabilidades de formação das autoridades locais sobre o seu papel e tarefas de mobilização de recursos.	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Administração Estatal Governos Provinciais e Distritais	2010-2014	Aumento da capacidade das autoridades locais para mobilizar recursos, em conformidade com o instrumento legal de regulamentação aprovado	- Descentralização orçamental reforçada: Em 2011, atingiu 30% o grau de descentralização orçamental		
Objectivo 4: Combate à corrupção e branqueamento de capitais								
Combate à corrupção e branqueamento de capitais	Desencadear uma campanha nacional continuada de sensibilização sobre a corrupção e disseminar leis anti corrupção a todos cidadãos	Número de activistas nacionais e campanhas (anúncios, spots de mídia, seminários, etc). Redução de casos de corrupção e de valor do recurso	Ministério da Justiça Banco de Moçambique Organizações da Sociedade Civil mais relevantes (cívicas, educacionais, éticas) Sector Privado	2010	Progresso na dinamização da industrialização	Leis anti-corrupção e sensibilização disseminada e elevada opinião pública nacional para o combate à corrupção	- Aprovada, pelo Governo, a proposta da lei de sindicalização da função pública - Editadas e distribuídas brochuras da Lei de Procedimentos Administrativos, lei nr. 14/201, de 10 de Agosto	

							<p>realizadas duas conferências sobre Boas Práticas na Administração Pública (2009 e 2011)</p> <p>Desenvolvido um sistema de comunicação e controle que permitem a recepção pelos órgãos responsáveis, de comunicações sobre transacções financeiras, pelos representantes das actividades e profissões não-financeiras designadas, no âmbito das suas atribuições.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organizados diferentes cursos de formação para os quadros técnicos das instituições sujeitas ao dever de comunicação e das entidades responsáveis pela aplicação da lei - Construídos Palácios de 	
--	--	--	--	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

							<p>Justiça ao nível das capitais provinciais e alguns distritos.</p> <ul style="list-style-type: none">- Instalado o Tribunal Superior de Recursos (TSR) em Maputo, e em projecção TSRs para Beira e Nampula- Criado o Gabinete de Informação Financeira (GABINFO)	
--	--	--	--	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Combate à corrupção e branqueamento de capitais	Instituir um concurso público para a nomeação do director da GCCC para assegurar consenso ao nomeado	Director do GCCC nomeado	Gabinete do Presidente Parlamento Procuradoria-geral	2012	GCCC fortalecido	- Foram definidos os requisitos de candidatura - Foram estabelecidos os mecanismos de funcionamento dos órgãos responsáveis pela gestão do processo eleitoral Foi aprovada a lei da Proibição Pública que estabelece os princípios a que devem obedecer os servidores públicos e os responsáveis de cargos políticos	- O cargo de Director do GCCC deve manter-se nas mãos de um magistrado de carreira, escolhido através de concurso público.	
	Completar e divulgar o veredicto de todos os processos proeminentes de corrupção pendentes em tribunal ou que tenham sido mal ou inadequadamente processados	Número de casos de corrupção julgados e seu veredicto amplamente publicado	Gabinete do Procurador Geral da Republica, Tribunal Supremo, Mídia	2010-2014	Todos os acusados de corrupção julgados e publicados na média	- 520 denúncias de corrupção registadas em 2011;	A informação em relação aos casos e sua localização não é pública	
	Estabelecer e aplicar mecanismos eficientes e adequados de protecção de testemunhas	Criado mecanismo de protecção a testemunhas / denunciante Número de casos denunciados, pessoas com testemunhas protegida	Parlamento Procuradoria Geral Ministério do Interior Ministério da Justiça Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Medidas eficazes e eficientes de combate à corrupção em curso. Aumento de casos de denúncia e repressão da corrupção	- Já existe uma lei de protecção de testemunhas e denunciante. - Harmonizado a nível de todos sectores o Plano Nacional de Promoção e Protecção dos Direitos Humanos	Falta a criação de condições materiais da implementação da lei de protecção de testemunhas e denunciante	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Combate à corrupção e branqueamento de capitais	Instituir um concurso público para a nomeação do director da GCCC para assegurar consenso ao nomeado	Director do GCCC nomeado	Gabinete do Presidente Parlamento Procuradoria-geral	2012	GCCC fortalecido	- Foram definidos os requisitos de candidatura - Foram estabelecidos os mecanismos de funcionamento dos órgãos responsáveis pela gestão do processo eleitoral Foi aprovada a lei da Proibição Pública que estabelece os princípios a que devem obedecer os servidores públicos e os responsáveis de cargos políticos	- O cargo de Director do GCCC deve manter-se nas mãos de um magistrado de carreira, escolhido através de concurso público.	
	Completar e divulgar o veredicto de todos os processos proeminentes de corrupção pendentes em tribunal ou que tenham sido mal ou inadequadamente processados	Número de casos de corrupção julgados e seu veredicto amplamente publicado	Gabinete do Procurador Geral da Republica, Tribunal Supremo, Mídia	2010-2014	Todos os acusados de corrupção julgados e publicados na média	- 520 denúncias de corrupção registadas em 2011;	A informação em relação aos casos e sua localização não é publica	
	Estabelecer e aplicar mecanismos eficientes e adequados de protecção de testemunhas	Criado mecanismo de protecção a testemunhas / denunciante Número de casos denunciados, pessoas com testemunhas protegida	Parlamento Procuradoria Geral Ministério do Interior Ministério da Justiça Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Medidas eficazes e eficientes de combate à corrupção em curso. Aumento de casos de denúncia e repressão da corrupção	- Já existe uma lei de protecção de testemunhas e denunciante. - Harmonizado a nível de todos sectores o Plano Nacional de Promoção e Protecção dos Direitos Humanos	Falta a criação de condições materiais da implementação da lei de protecção de testemunhas e denunciante	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Combate à corrupção e branqueamento de capitais	Estabelecer um mecanismo credível fora do Governo, por exemplo uma Comissão Parlamentar de selecção em que todos os principais partidos políticos estejam representados, para indicar e assegurar que o PGR seja uma pessoa independente, com um certo grau de integridade, que será adequadamente protegido enquanto permanecer no cargo	Criada a Comissão de selecção Revista regras e procedimentos para a nomeação e aprovação PGR	Parlamento Gabinete do Presidente da República		Melhorado sistema de nomeação credível de PRG. PGR efectivamente responsável perante a lei e para os cidadãos, sem qualquer influência política	- O PGR é nomeado pelo Presidente da República	Só com devido ajustamento no artigo correspondent e na Constituição da Republica pode alterar o sistema de nomeação do PGR	
	Realizar um estudo detalhado sobre branqueamento de capitais no país. Elaborar uma política e criar um mecanismo para resolver o problema	Estudo do branqueament o de capitais. Politica e mecanismo anti-branqueament o de capitais pronta para fazer face aos problemas	Ministério da Justiça Ministério das Finanças Banco de Moçambique		2011-2012	Medidas eficazes para prevenir e combater o branqueamento de capitais	- Criado o Gabinete de Informação Financeira (GABINFO); - Concluída a 2ª pesquisa nacional sobre Governação e Corrupção e apreciados os resultados pelo Conselho de Ministros; - Implementada a Lei sobre o combate ao Branqueamento de capitais através de inspecções as instituições de credito e sociedades financeiras - Diferentes pesquisas sobre as condicionantes dos crimes de branqueamento de capitais no país foram efectuadas	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Combate à corrupção e branqueamento de capitais	Uso sustentável da mídia e outros meios de comunicação para sensibilizar o público sobre as leis e mecanismos para lidar com problemas de corrupção	Número de activistas nacionais e campanhas (anúncios, meios de comunicação locais, seminários, etc.)	Gabinete Informação Pública Mídia ONG's Ministério da Justiça Ministério do Interior	2010 - 2014	leis e medidas anti corrupção divulgadas	- Criado o Gabinete de Informação Financeira (GABINFO); - A divulgação ainda na fase de implementação	- Devia criar cartazes, boletins e programas radiofónicos de divulgação da legislação - Devia aproveitar os estudantes universitários das Faculdades de Direito para fazerem actividades de férias na divulgação das leis	
	Divulgar amplamente a estratégia do Estado e novos procedimentos de procurment e tornar as operações conhecidas por todos através de canais oficiais	Número de transacções efectuadas com base no mecanismo de contratação estabelecido como uma % do total de transições do Estado. Relatórios periódicos sobre os contratos divulgados. Número de casos de corrupção relacionados com contratos investigados.	Ministério das Finanças	2009-2013	Disseminados e implementados procedimentos de procurment de Estado Concursos do Estado disseminado e implementado	- A divulgação ainda na fase de implementação		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Combate à corrupção e branqueamento de capitais	Divulgação das actividades de branqueamento de capitais Gabinete de informação Financeira de Moçambique (GIFIM) para garantir que as pessoas reconheçam práticas ilícitas, de modo que as pessoas comuns sejam capazes de denunciar tais práticas	Cobertura da média e assegurados seminários e folhetos	Banco de Moçambique Bancos Comerciais Gabinete de Informação financeira de Moçambique (GIFIM)	2010	Disseminada lei de combate a lavagem de capitais e a lei que cria o Gabinete de Informação financeira de Moçambique	- Criado o Gabinete de Informação Financeira (GABINFO); - A divulgação ainda está na fase de implementação		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 5 : Acelerar a Integração Regional através da participação da harmonização de Políticas Monetárias, Comerciais e Investimento								
Promover a integração regional	Definir e reforçar estratégias para reduzir o custo de fazer negócios	Estratégias definidas, discutidas e publicitadas	Todos sectores ministeriais, Banco de Moçambique Cidadãos	2010 - 2011	Custo - Benefício de integração económica amplamente disseminado	<ul style="list-style-type: none"> - Formados 13.450 disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras, em 110 Distritos (cobertura de 85,9% a nível nacional) - Foram realizadas campanhas de educação fiscal através de comunicação social - Foram produzidos vários spots publicitários - Introduzida a Janela Única Electrónica (JUE) - Abertos 13 postos de cobrança - Implementado o projecto de fronteira de paragem única de Ressano-Garcia - Adoptada a supressão de vistos para alguns países membros da SADC - Aprovada a lei de Concorrência 		

<p>Promover a integração regional</p>	<p>Desenhar uma política e estratégia para as PME's que apoiam a pesquisa para desenvolvimento industrial Rever as taxas comerciais e políticas de investimento e outras para fazer negócio</p>	<p>Política para a PME's aprovadas. Consistência entre as políticas nacionais e regionais</p>		<p>2011 -2012</p>	<p>Política e estratégia para PME's elaboradas e disseminadas. Políticas concorrentes harmonizadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 2010 o IPEME - Incluir em 2010 os PME na Bolsa de Valores - Introduzida a concessão da licença simplificada para os investidores através dos BAUs - Aprovada a lei de concorrência 	<p>- Melhorada performance dos BAUs com expansão e apetrechamento</p>	
<p>Promover a integração regional</p>	<p>Facilitar o comércio, particularmente aos pequenos comerciantes através da educação e disseminação de informação e regulamentos de importação e exportação</p>	<p>Programar a disseminação de regulamentos de importação e exportação e relatórios de sua implementação o Número de comerciantes formados.</p>	<p>Ministério da Indústria e Comércio Ministério da Planificação e Desenvolvimento CPI SADC</p>	<p>2010-2014</p>	<p>Pequenos comerciantes em particular e com conhecimentos de regulamentos de importação e exportação. Mais eficiência nos negócios da região</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Foram assinados Memorandos de Entendimento (MdE) com diversos segmentos das Associações empresariais, culturais, desportivas, religiosas e instituições de ensino (Escolas e Universidades), incluindo pequenos operadores informais - Foram realizados várias palestras e seminários de sensibilização sobre vantagens da utilização dos mecanismos do uso de instrumentos de facilitação do comércio regional para a importação e exportação - Vários encontros sistemáticos realizados com a CTA no âmbito de Conselho de Fiscalidade da Autoridade Tributária de Moçambique - Assinados Memorandos de Entendimentos com Operadores Informais de Comércio Externo (sobre adopção e controlo da efectividade de procedimentos simplificados de importação/exportação) 		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover a integração regional	Criar facilidades nos postos fronteiriços e simplificar o cumprimento de medidas onerosas para facilitar o comércio com outros países	Simplificados os requisitos e procedimentos	Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério da Industria e Comercio Ministério das Finanças	2010-2011	Mais eficiência e eficácia do comércio transfronteiriço, Sector informal, com um incentivo à importação / exportação de mercadorias legalmente	<ul style="list-style-type: none"> - Implementado o projecto de fronteira de paragem única de Ressano-Garcia - Adoptada a supressão de vistos para alguns países membros da SADC - Simplificada a legislação e procedimentos aduaneiros, incluindo a introdução da declaração abreviada; - Revisto o Regulamento de Desembaraço de mercadorias 		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover a integração regional	Contactos entre o Governo e parceiros para alinhar as suas necessidades próprias das importações, exportações de modo a atender as necessidades dos pequenos comerciantes	Relatórios sobre o regime em vigor feito entre o Governo com os países parceiros para a harmonização e simplificação dos procedimentos de importação e exportação para pequenos comerciantes. Harmonizado e simplificado comércio transfronteiriço	Ministério da Industria e Comércio Ministério das Finanças CTA	2010-2014	Homens de negócios formados em matérias de importação e exportação. Promoção do comércio fronteiriço aberto. Procedimentos de importação e exportação para pequenos comerciantes simplificados e harmonizados	<ul style="list-style-type: none"> - Foi introduzida a Janela Única Electrónica (JUE), abrangendo Maputo, Beira e Nacala, Terminal de Tete - Simplificada a legislação e procedimentos aduaneiros, incluindo a introdução da declaração abreviada; - Adoptada a supressão de vistos para alguns países membros da SADC - Assinados Memorandos de Intenções para implementar posto de paragem única com Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe 		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover a integração regional	<p>Estabelecer um posto único na fronteira para garantir que o país tenha benefícios decorrentes do fluxo de comércio livre regional</p> <p>Estabelecer uma Estratégia de turismo em especial para tirar benefício do mundial 2010 na África do Sul</p>	<p>Relatórios da implementação do do projecto</p> <p>Promoção de turismo e implementação da politica estratégica delineada, discutida e implementada</p>	<p>Ministério das Finanças Ministério da Industria e Comercio</p> <p>Ministério do Turismo Ministério da Juventude e Desportos</p>	<p>2010-2014</p> <p>2010</p>	<p>Criada paragem única na fronteira</p> <p>Promoção do turismo e implementação da politica estratégica.</p> <p>Altos níveis de turismo e crescimento do sector industrial</p>	<p>- Implementado o projecto de fronteira de paragem única de Ressano-Garcia</p> <p>- Concluída a construção da estrada alternativa para o escoamento do tráfego comercial;</p> <p>- Construídas 51 residências para o reassentamento das famílias afectadas pelo projecto</p> <p>- Iniciado funcionamento piloto do conceito de fronteira de paragem única em momentos de pico de movimento de fronteira (quadra festiva do natal, fim do ano e Páscoa)</p> <p>- O MITUR lançou, em 2009, a “Aliança 2010”, um movimento para o maior aproveitamento das oportunidades do Campeonato Mundial, através duma acção coordenada (instituições públicas e privadas, e todos os interessados) de preparação do país. Contudo, a Conjuntura Internacional interferiu e dados do MITUR apontam para uma realização efectiva.</p>	<p>Houve um incremento entre 25 e 35% o fluxo de turistas em relação ao período igual no ano anterior (2009).</p>	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
GOVERNAÇÃO CORPORATIVA								
PRINCIPIOS, PADRÕES E NORMAS								
Compilar e disseminar tratados e normas internacionais ratificados para Área de Governação Corporativa	Assinar, ratificar, publicar e compilar todos os tratados e normas internacionais adoptados na Governação Corporativa	Número de códigos e padrões internacionais assinados e ratificados, publicados, compilados e disseminados.	Parlamento Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Ministério da Justiça Outros ministérios implementadores	2010 -2014	Padrões e normas internacionais assinados, ratificados e disseminados	Padrões e Normas internacionais já assinados e ratificados	Não obstante já terem sido assinado, ainda por serem consideradas algumas relevantes para o Corporate Governance. Grande trabalho ainda necessário para a disseminação dos já assinados e ratificado. Na área do ambiente, trabalho notório na disseminação	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reforçar o quadro regulador para a Governação Corporativa	Nomear um Regulador Nacional de Governação Corporativa para supervisionar o desenvolvimento dos mercados de capitais	Nomeado o Regulador Nacional da Governação Corporativa Relatórios regulares sobre as actividades de regulamentação o Política, estratégia e plano de acção para implementar os princípios fundamentais da supervisão dos mercados de capitais e promover o desenvolvimento do mercado de capitais	Ministério das Finanças Ministério da Indústria e Comércio Banco de Moçambique	2010-2012	Entidade Independente de regulamentação de mercados de capitais. Regulamentação e supervisão de mercados de capitais eficaz e eficiente em conformidade com as normas e códigos internacionais e legislação nacional	Não há registo de desenvolvimentos na criação do Regulador Independente		
	Definir um modelo de governação corporativa eficaz através da adopção do código de governação corporativa	Adoptado o modelo de governação corporativa e nova lei sobre o código nacional da governação corporativa	Parlamento Ministério das Finanças Instituto dos Directores	2011-2012	Código nacional da governação adoptado Princípios chave e melhores práticas da governação corporativa aplicados no país	Já criado e aprovado o Código de Governação Corporativa	Embora criado o Código ainda não há evidências sobre a sua implementação nas empresas, sobretudo da forma como ele deverá ser aplicado e reportado.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
<p>Desenvolver capacidade de, e implementar códigos de governação corporativa</p>	<p>Elevar conhecimentos e a implementar padrões, códigos e políticas</p>	<p>Plano de acção para o reforço das capacidades de governação corporativa e melhores práticas</p> <p>Relatório sobre a execução do plano de acção em conformidade com os princípios de governação corporativa. Número de cursos, seminários e pessoas formadas com o objectivo de dotá-las de habilidades na aplicação de normas e códigos internacionais como parte do regulamento judicial interno</p>	<p>CTA Regulador Nacional da Governação Corporativa</p> <p>Instituto dos Directores</p>	<p>2012-2014</p>	<p>Capacidade e conhecimentos das normas e padrões adoptadas pelas corporações reforçada Privilegiadas boas práticas na condução de negócios na governação corporativa</p>	<p>Actividade iniciada</p>	<p>Após a aprovação do Código de Governação Corporativa acções de divulgação do mesmo ainda fracas. Ainda há necessidade de se clarificar como o código será operacionalizado para as empresas que o adoptarem (e.g., modelo de reporte e regularidade)</p>	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Elevar a consciência pública, e advocacia de, normas profissionais na governação corporativa	Criar centros de educação cívica a nível provincial para abordar a necessidade crítica de informar e educar o público	Centros de educação cívica criados e em funcionamento a nível provincial. Informação Nacional sobre padrões profissionais	Instituto de Directores Regulador Nacional da Governação Corporativa	2012-2014	Advocacia Nacional e sensibilização da governação corporativa sobre padrões profissionais. Aplicados padrões profissionais.	Actividade não realizada	Nas auscultações feitas às províncias, nota-se desconhecimento sobre o assunto, revelando que muito trabalho há ainda por fazer a nível das empresas e da sociedade civil.	
Melhorar a estrutura reguladora para o desenvolvimento de mercados de capital	Criar lei sobre Mercado de Capitais	lei sobre mercado de Capitais aprovada, publicada e amplamente difundida	Parlamento Ministério das Finanças CTA Instituto de Directores	2012-2014	Mercado de capitais regulamentado e desenvolvido	Actividade realizada	País já com a Lei que regulamenta o mercado de capitais, contudo a sua disseminação ainda é fraca.	
	Separar a bolsa de valores do aparente controlo directo do Ministério das Finanças para tornar-se verdadeiramente independente	Bolsa de valores funcionando efectivamente como um órgão independente do Ministério das Finanças	Ministério das Finanças Banco de Moçambique	2012-2014	Bolsa de valores (BVM) mais dinâmico, operando de forma mais eficaz e mais independente	Actividade ainda por realizar.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Supervisionar os Seguros e Implementação de códigos e princípios de Governança Corporativa	Fornecer ao Inspector de Seguros uma assistência técnica para reforçar o cumprimento das normas internacionais IAIS e IFRS, incluindo IOPS	Providenciada assistência técnica ao Inspector de Seguros	Ministério das Finanças	2011-2014	Supervisão e capacidade do Seguro Nacional. Inspeção reforçada a fim de assegurar o cumprimento das normas e padrões internacionais IAIS, IOPS IFRS	Actividade realizada		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 1: Promover um ambiente favorável e um quadro regulador eficaz para actividades económicas								
Rever toda a legislação actualizada que regula os negócios em Moçambique para melhorar a governação corporativa	Compilar, rever, actualizar e criar normas que facilitem o exercício de negócios como seja: lei da concorrência, lei da Defesa de Consumidor, lei de insolvência / falência, lei de Mecenato, Regulamento da lei de Trabalho, Reforma da Pauta Aduaneira e disseminação.	Número de leis aprovadas e publicadas / divulgadas	Ministério da Justiça CTA Ministério das Finanças Associações de defesa do consumidor	2010- 2012	leis reguladoras de actividades comerciais e industriais actualizadas	Actividade em curso.	Parte dos dispositivos legais previstos já aprovada, contudo é menos provável que até ao final do período previsto para execução já se tenha aprovado todos os dispositivos legais.	
Melhorar a estrutura reguladora para o desenvolvimento de mercados de capital	Simplificar todos os processos de registo de actividades comerciais, (reduzindo exigências burocráticas), incluindo o fortalecimento dos Balcões Únicos de Atendimento e criação/instalação destes nos distrito	Número de BU's existentes. Número de impressos a preencher reduzido e filas de espera inexistentes; Processo de reembolso de IVA mais célere Registo informático do cadastro relativo aos negócios e aos contribuintes	Ministério da Industria e Comercio Ministério das Finanças Ministério da Justiça	2010-2014	Simplificação de procedimentos e requisitos para fazer negócios, incluindo o registo de empresas. Alargamento da base tributária e sistema de pagamento de impostos simplificado e períodos de espera para o reembolso de IVA reduzido, tanto quanto possível	Actividade em curso, sendo que os resultados previstos ainda não totalmente alcançados.	Não obstante as reformas introduzidas na simplificação de procedimentos e requisitos para fazer negócios, indicadores divulgados não mostram melhorias no ambiente de negócio.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o Acesso aos mercados	Acelerar a implementação das acções acordadas entre as parcerias formadas pelos grupos de trabalho do sector público e privado	Relatórios sobre a implementação de planos de acção entre Parcerias Público-Privadas	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças	2010-2014	PPP mais eficazes e contribuindo eficazmente para o desenvolvimento	Actividade em curso, embora resultados palpáveis ainda longe de serem alcançados. Financiamento para projectos dessa natureza garantidos (e.g., BAD para 2012-2014)	CBF já prevê tratamento especial para investimentos em infra-estruturas que possam facilitar o investimento sob forma de PPP com vista a criar acessibilidade aos mercados, contudo resultados ainda pouco visíveis.	
	Rever critérios de definição de zonas francas	Redução do espaço territorial de zonas francas	Ministério da Finanças Ministério da Industria e Comercio Ministério da Planificação e Desenvolvimento Instituto dos Directores de Moçambique	2011	Harmonizar incentivos fiscais e proporcionar igualdade de tratamento a todos os investidores ao longo da fronteira	Actividade em curso	Até agora ainda se nota grande preocupação com regimes especiais em zonas de desenvolvimento acelerado, onde se aplica regulamentação específica assente em incentivos fiscais.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o acesso ao financiamento	Divulgar as informações obtidas através de vários estudos realizados nos distritos de forma a estimular a expansão da banca nos distritos	Relatórios estatísticos do volume de produção no mercado.	Banco de Moçambique	2012 -2013	Instaladas dependências de bancos comerciais nos distritos	Actividade em curso	A cobertura bancária comercial à nível dos distritos ainda muito reduzida, embora existam incentivos para a bancarização rural	
	Criar um gabinete de referência de crédito fora do BM a ser detido e gerido pelo sector privado	Criado serviço de referência de crédito privado	CTA Sector privado	2012-2014	Mais instrumentos neutros de financiamento privado criados. Melhorada informação sobre solvabilidade	Actividade não realizada	Debates têm ocorrido e coordenados pelo Banco Central para o alargamento e melhoramento da informação da Central de Risco de Crédito, mas sem resultado visível. CTA tem estado a fazer pressão no sentido da constituição da Central de Risco. Pouca divulgação sobre o estágio da intenção da privatização do serviço	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o acesso ao financiamento	Aumentar a emissão de Bilhetes do Tesouro / títulos do Governo de obrigações diferentes para produzir uma; 'curva de rendimento' para ser usada pelo sector privado nos seus preços de referência no momento de emitir títulos de dívida privada no mercado	Estabelecida referência de preços para orientar anúncios de títulos privados Número de anúncios de títulos	Ministério das Finanças Banco de Moçambique	2011-2014	Aumento de anúncios na bolsa de valores	Actividade em Curso	Os títulos do Estado são os que maior dinâmica trazem para o mercado de capitais de Moçambique, contudo a sua precificação ainda não é grandemente usada como referência na emissão de títulos de dívida privada- Contrariando a expectativa criada aquando da definição da actividade.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o acesso ao financiamento	Oferecer incentivos fiscais para atrair mais anúncios na IPO (por exemplo, cancelar ou adiar os impostos corporativos revelados após a aplicação do IFRS) e impulsionar o comércio secundário, eliminando ou reduzindo o imposto sobre ganhos de capital na negociação de segurança e reduzir impostos sobre dividendos das empresas listadas	Incentivos fiscais oferecidos. Aumentados anúncios BVM. Mercado secundário criado e promovido	Ministério das Finanças Banco de Moçambique BVM	2011-2014	Criados incentivos fiscais para o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários. Crescimento do mercado de valores mobiliários através de aumento de anúncios e criação de mercado secundário	Actividade em curso.	A questão dos incentivos fiscais no mercado de Capital não parece ser ainda o principal vector para a dinamização do mercado. Embora o mercado primário já tenha sido criado, a sua promoção e a aderência por parte das empresas ainda é insignificante, revelando uma reacção contrária ao que se previa em relação ao aumento de empresas admitidas na Bolsa.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o acesso ao financiamento	Rever e actualizar custos de transacções bancárias e outros depósitos cobrados no geral e em particular as transacções das ATMs	Reduzidos e revistos custos das transacções em ATMs	Banco de Moçambique e Bancos comerciais		Reduzidos custos de transacções bancárias, maioria das pessoas a usar cartão de crédito como seu meio de pagamento	Actividade realizada	O Banco de Moçambique passou a regular/controlar o custo das operações passivas dos bancos comerciais, tendo tido impacto directo sobre os Clientes	
	Conduzir estudos para determinar os factores que determinam o custo elevado do crédito no sector agrícola	Relatório de estudo	Ministério das Finanças, Agricultura, Planificação e Desenvolvimento, industria e Comercio, Banco de Moçambique e Bancos Comerciais	2010 -2011	Desenvolvidas condições que favoreçam o desenvolvimento de negócios através da facilitação de crédito	Actividade realizada	Existem estudos sobre o custo de financiamento para o sector agrícola, referenciando como principais factores a ausência de infra-estruturas bancárias no meio rural, pobre infra-estrutura de transportes e comunicações, fraca competência de gestão, etc.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Dotar o país com infra-estruturas adequadas para comunicações	Expandir e criar redes de comunicações, sobretudo nos distritos onde não existe nenhuma.	Número de distritos cobertos pela rede de telefonia móvel	Ministério dos transportes e Comunicações	2010 -2014	Expandida rede de comunicações	Actividade em curso	Apreciação actual bastante positive. O País já tem rede de telecomunicações a cobrir a maior parte dos distritos do país.	
Fortalecer as instituições públicas para regular actividades comerciais e investimento privado	Construir e expandir estradas que dão acesso aos Distritos, postos administrativos e localidades	Quilómetros de estradas construídas/ou reabilitadas	MOPH	2010-2014		Actividade em curso	Ao longo de todo o país o governo está a construir e reabilitar vias de acesso ligando vários pontos do país.	
	Expandir a actividade da Bolsa de Valores para Centro e Norte do País	Mais empresas cotadas na Bolsa de Valores	BVM			Actividade não realizada		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Fortalecer as instituições públicas para regular actividades comerciais e investimento privado	Construir e expandir estradas que dão acesso aos Distritos, postos administrativos e localidades	Quilómetros de estradas construídas/ou reabilitadas	MOPH	2010-2014		Actividade em curso	Ao longo de todo o país o governo está a construir e reabilitar vias de acesso ligando vários pontos do país.	
	Promover e expandir as actividades de arbitragem para todo o País	Número de casos arbitrados	Ministério da Justiça CACM - Centro de Arbitragem Mediação e Conciliação de Moçambique	2010- 2011	Todos os distritos com actividades de arbitragem estabelecidas	Centros de Arbitragem em funcionamento, contudo a sua cobertura ainda não é abrangente pelo resto do país, mas já presente nas principais cidades do país.	Várias acções de promoção da arbitragem tem sido realizadas, sendo de destacar a conferência <i>Os Desafios da Arbitragem em Moçambique</i> . O CACM possui uma página da Internet com muita informação sobre a Arbitragem em Moçambique, e não só.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Harmonizar o sistema de incentivos fiscais e redução das zonas francas	Revisão de incentivos fiscais para investidores nacionais e estrangeiros	Número de incentivos fiscais revistos	Ministérios das Finanças Ministério da Planificação e Desenvolvimento CTA	2010	Incentivos fiscais harmonizados para todos investidores	Código dos Benefícios Fiscais revisto, mas que a harmonização ainda não é efectiva e o número de zonas francas ainda está a aumentar	Tendo em conta que o país está numa fase em que se pretende alargar a base tributária, o controlo da concessão de incentivos fiscais e evitar tratamentos diferenciados, faria com que a base tributária fosse mais alargada e trazer maior contribuição na angariação de impostos.	
Capacitar os gestores em gestão de negócios e gestão empresarial	Assegurar o Desenvolvimento de competências, consciência pública à escala nacional. Programas de Palestra incluindo a criação de um Centro de Formação para negócios e gestão empresarial	Gestores bem formados em gestão de negócios e com elevado nível de auto-confiança na gestão das sociedades ou corporações	Governo Universidades Moçambicanas Instituto dos Directores CTA Organizações profissionais	2011- 2012	Melhorada eficiência e eficácia. Gestores e profissionais que ocupam altos cargos em organizações bem formados	Em curso acções de desenvolvimento de competências, mas nenhum resultado notável no que respeita a criação de um Centro de Formação.	Iniciativas de formação têm se verificado, embora de forma isolada e mais orientadas para a capital do país.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Capacitar os gestores em gestão de negócios e gestão empresarial	Assegurar o Desenvolvimento de competências, consciência pública à escala nacional. Programas de Palestra incluindo a criação de um Centro de Formação para negócios e gestão empresarial	Gestores bem formados em gestão de negócios e com elevado nível de auto-confiança na gestão das sociedades ou corporações	Governo Universidades Moçambicanas Instituto dos Directores CTA Organizações profissionais	2011- 2012	Melhorada eficiência e eficácia. Gestores e profissionais que ocupam altos cargos em organizações bem formados	Em curso acções de desenvolvimento de competências, mas nenhum resultado notável no que respeita a criação de um Centro de Formação.	Iniciativas de formação têm se verificado, embora de forma isolada e mais orientadas para a capital do país.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 2: Assegurar que as corporações actuem como bons cidadãos corporativos quanto aos direitos humanos, responsabilidade civil e sustentabilidade ambiental								
Garantir as melhores práticas empresariais em matéria de direitos humanos	Harmonizar a lei de Trabalho com as leis da região e princípios e padrões da OIT e a posição do trabalhador como o recurso mais importante na corporação/companhias	Revista a lei do trabalho. Revista e harmonizada com os padrões e normas internacionais adoptadas, bem como os da região assim como o estabelecido internacional mente.	Ministério do Trabalho CTA Sindicatos	2011	lei do Trabalho harmonizada com as normas e códigos de género na região	Actividade iniciada, mas ainda não finalizadas	A actual Lei de trabalho foi revista em 2007 e as actividades aqui previstas ainda não foram incorporadas na Lei do Trabalho. Contudo, alguns aspectos relevantes têm sido incorporados no quadro jurídico nacional por via de regulamentos específicos para alguns temas.	
	Criar Tribunal de Trabalho. Expandir os centros de arbitragem laboral para todas as províncias	Tribunais de trabalho estabelecidos. Centros de arbitragem laboral expandidos	Tribunal Supremo Ministério da Justiça	2011-2014	Direitos de trabalhadores Assegurados	Tribunais de Trabalho ainda não criados, embora existam tribunais com sessões dos Tribunais Provinciais (Maputo e Beira) para assuntos de trabalho	Os Centros de arbitragem estão em funcionamento nas principais cidades do país.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover a sensibilização sobre leis e regulamentos ambientais	<p>Divulgação massiva da lei e a regulamentação ambiental, principalmente em sociedades / companhias, incluindo a preparação de folhetos explicativos sobre os perigos ambientais</p> <p>Estabelecer mecanismos adequados para a disseminação e divulgação das leis (Constituição da República, lei do Trabalho, lei sobre o HIV/SIDA no local de trabalho, lei de Exploração de Recursos Naturais e lei da Protecção do Meio Ambiente, etc.)</p>	<p>Número de companhias a participar em workshop.</p> <p>Número de folhetos explicativos com material publicado.</p> <p>Relatórios periódicos sobre as companhias que adoptaram medidas reais de protecção do ambiente</p> <p>Número de campanhas de divulgação feitas.</p>	<p>Fundo do Ambiente Organizações ou agências especializadas em ambiente</p> <p>Todos sectores ministeriais</p>	<p>2010 -2012</p> <p>2010 - 2011</p>	<p>Degradação ambiental reduzida / eliminada. Melhor comportamento ambiental das corporações</p> <p>leis básicas conhecidas pelo cidadão</p>	Actividade realizada	<p>São visíveis acções de divulgação de assuntos relacionados com o ambiente, inclusão de aspectos ambientais nos programas dos governos e intensificação das acções de fiscalização do cumprimento das leis ambientais</p>	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Implementar a responsabilidade social nas corporações	Desenvolver plano nacional com orientações de Responsabilidade Social, a fim de identificar áreas específicas em que as empresas possam participar na responsabilidade social	<p>Governo a trabalhar com o sector privado para identificar áreas cruciais onde o sector pode dar a sua participação na responsabilidade de social.</p> <p>Linhas gerais e planos de responsabilidade.</p> <p>Número e nível de corporações e companhias envolvidas na promoção de actividades /projectos sociais</p>	<p>Ministério da Planificação e Desenvolvimento</p> <p>Ministério da Mulher e Acção Social</p> <p>Ministério da Juventude e Desportos</p> <p>Ministério das Finanças</p> <p>Outros sectores ministeriais</p> <p>CTA e outras associações económicas</p> <p>Corporações</p> <p>Organizações da Sociedade Civil s</p>	2010-2014	<p>Corporações guiadas por planos específicos produzidos juntamente pelo Governo e sector privado e Organizações da Sociedade Civil para desenvolver a sua responsabilidade e social. Maior envolvimento das corporações na promoção do bem-estar das comunidades locais</p>	<p>Actividade em curso no que respeita ao envolvimento das empresas em projectos sociais, mas não há evidências de haver um plano geral do governo que sirva para orientar tal envolvimento.</p> <p>No que respeita as boas práticas de Governação Corporativa, actividades ainda por desenvolver</p>	<p>A existência de um plano orientador é urgente para coordenar as acções de responsabilidade e social corporativa das empresa, criando maior comprometimento e envolvimento das empresas.</p> <p>Embora o Código de Governação Corporativa esteja publicado, ainda há pouca clareza sobre a sua implementabilidade/funcionalidade, sobretudo no que respeita ao modelo de reporte e a entidade supervisora.</p>	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Implementar a responsabilidade social nas corporações	Destacar a governação corporativa e indicadores de boas práticas (transparência, confiança, responsabilidade social) tal como no TOP 100 do inquérito da KPMG de forma a encorajar a sua adopção pelas corporações	Promovidas boas práticas e adoptadas pelas corporações	Ministério das Finanças Ministério da Industria e Comercio Sector Privado	2011-2014	Corporações desenvolvendo suas actividades de acordo com boas práticas internacionais e transparência, confiança e responsabilidade e			
Aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre as leis fundamentais	Reforçar a inspecção de trabalho nas empresas	Quantidade das inspecções realizadas	Ministério do Trabalho Ministério da Saúde	2010 -2014	leis básicas conhecidas pelos cidadãos	Actividade em curso	Há a destacar a realização de palestras sobre a legislação do trabalho com a participação de sindicatos, empregadores e inspectores de trabalho	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover a responsabilidade social nas corporação na área de HIV/SIDA Aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre as leis fundamentais	Desenhar o perfil do activista com o envolvimento da sociedade civil e divulgação do mesmo pelas entidades participantes no combate ao HIV/SIDA	Existência de um instrumento que estabelece o perfil do activista anti-SIDA	CNCS Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área do HIV/SIDA CTA (ECOSIDA)	2010	<p>Aumentada Sensibilização e educação sobre o HIV/ SIDA, com participação da comunidade.</p> <p>Papel do activista anti-sida bem definido e conhecido pelas comunidades.</p> <p>Reforçados mecanismos de protecção e combate ao HIV / SIDA</p>	Realizada, sendo de notar grande movimento de activistas na educação do HIV/SIDA, incluindo a sociedade civil	Actividade realizada e feita numa base <i>on going</i> . O País registou grandes avanços e realiza elevados investimentos na prevenção e combate ao HIV/SIDA	
	Envolver as comunidades e sociedade civil no processo de selecção dos activistas	Relatório sobre o processo de selecção de activistas	CNCS Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área do HIV/SIDA, NOG's CTA (ECOSIDA)	2011-2014	<p>Aumentada Sensibilização e educação sobre o HIV / SIDA, com participação da comunidade.</p> <p>Activistas bem treinados</p>	Realizada. Sociedade Moçambicana a beneficiar-se de acções de sensibilização, notando-se certo domínio dos activistas nos assuntos transmitidos		

	Disponibilizar o preservativo feminino nas instituições públicas a título gratuito à semelhança do masculino	Quantidade de preservativos distribuídos	CTA (ECOSIDA)	2010- 2014	Poucas mulheres dependentes do comportamento sexual dos homens no que diz respeito ao uso de preservativo masculino	Actividade em curso	Actividade com pouca visibilidade na sociedade. Continua a haver maior visibilidade do lado do preservativo masculino.	
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	---------------	------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
----------------------	--------------------------	--------------------------	----------------------	---------------------	--------------------	-----------------------------------------------------	--------------------------	--------------------------------------------

Objectivo 3: Promover a adopção de normas de boa ética comercial na prossecução dos objectivos da corporação

Aumentar o conhecimento público na adopção da boa ética nos negócios e aplicar boas práticas	Campanhas de sensibilização nacional para promover a ética empresarial, ética do trabalho, ética e integridade individual, do respeito dos sistemas, a eficiência e a eficácia, a importância da salvaguarda do património nacional, conflito de interesses, etc. Em todos os sectores	Plano de acção para promover os princípios da Ética e Integridade. Relatórios periódicos sobre as campanhas de sensibilização	Ministério da Indústria e Comércio Ministério das Finanças Ministério da Justiça CTA Instituto de Directores Sindicatos	2010-2014	Implementada boa ética empresarial Redução da corrupção Bem-estar dos accionistas aumentado	Actividade em curso	Trabalho com pouca visibilidade. Maior actividade ainda necessária. Notam-se alguns casos isolados mediatizados na imprensa, mas sem evidências de se tratar de um programa geral e abrangente.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	Promover a educação dos accionistas e disseminação de informações de modo a permitir que os accionistas apreciem e reivindiquem os seus direitos, igualmente é importante a reforma dos seus direitos nas corporações.	Capacidade de criação de plano de acção para a educação e informação dos accionistas Divulgação de informações sobre seus direitos e deveres. Relatórios sobre a implementação do plano de acção	CTA Instituto de Directores BVM	2011-2014	Accionistas exercendo os seus direitos e executando adequadamente os seus deveres para com as corporações	Actividade não realizada	Durante o período em análise não foram identificadas acções visíveis de sessões de educação orientadas para os accionistas	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------	-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
<p>Aumentar o conhecimento público na adopção da boa ética nos negócios e aplicar boas práticas</p>	<p>Organizar formação para os Mídia para aumentar a sua capacidade de investigação na promoção de padrões de ética empresarial</p>	<p>Mobilizados recursos para formação, preferencialmente pela CTA e melhorada capacidade investigativa da mídia</p>	<p>Ministério da Justiça CTA</p>	<p>2011-2014</p>	<p>Fortalecida a média para reportar em casos de corrupção, crimes económicos, e promoção de ética de negócios</p>	<p>Actividade não realizada</p>	<p>Não foram identificados sinais de formações orientadas especificamente para os médias aumentarem o seu conhecimento sobre Governação Corporativa no seu geral. Contudo, alguns debates públicos foram realizados no sentido de dar alguma visibilidade a questão da Ética Empresarial/Governação Corporativa.</p>	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar o conhecimento público na adopção da boa ética nos negócios e aplicar boas práticas	Apoiar a CTA para assegurar a sua auto regulamentação. Entre os seus membros em Moçambique, por estabelecimento de códigos de boas práticas em todas as associações de negócios e fortalecimento do corpo de directores para encorajar a auto avaliação anual das corporações e dos directores individualmente	<p>Códigos de melhores práticas das Associações Empresariais e a sua respectiva implementação</p> <p>Relatórios sobre a implementação de boas práticas e códigos pelas Associações de empresários</p> <p>Relatórios do Conselho de Administração da avaliação anual de desempenho da corporação</p> <p>Avaliação individual do director fortalecida</p>	<p>Ministério da Justiça</p> <p>Ministério das Finanças</p> <p>Ministério da Indústria e Comercio</p> <p>Instituto de Directores</p> <p>Organizações da Sociedade Civil</p>	2012-2014	<p>Todas as empresas auto-reguladas através da aplicação de códigos de boas práticas.</p> <p>Avaliação de desempenho anual das corporações e dos directores de uma forma permanente em Moçambique</p>	Trata-se de uma actividade em curso, cujos primeiros passos já foram dados com a publicação do Código da Governação Corporativa.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Implementar boa ética nos negócios e aplicar boas práticas	Introduzir um Instituto de contabilistas com protecção legal para promover auto fiscalização pela observância do IFRS e boas práticas nas corporações	Criado Instituto de Contabilistas	Ministério das Finanças Ministério da Indústria e Comercio, CTA	2011-2014	Supervisão da contabilidade no país. Melhorada contabilidade legal com as normas internacionais de contabilidade universalizadas na comunidade empresarial de Moçambique	Actividade em curso	Foi já criada a Ordem de Contabilistas e Auditores de Moçambique e que se espera que nos próximos tempos se faça sentir e que trabalhe tendo em conta os resultados esperados também na perspectiva do MARP	
Adoptar um código de ética e aplicar boas práticas nos negócios	Criar um código de boa ética de negócios		Ministério da Educação Ministério de Indústria e Comércio Instituto de Directores CTA Centros de formação profissional Universidades, Associação de Consumidores	2010	Aumentar a responsabilidade e das corporações e das companhias para competitividade justa	Actividade em curso	Foi recentemente aprovada a Lei da Concorrência que terá a sua contribuição. O grande desafio é agora a sua divulgação e aplicação	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Combater a corrupção a todos níveis	Divulgar a lei anti-corrupção nas empresas do sector privado	Número de instituições/ pessoas abrangidas	Organizações de direitos humanos Gabinete Central de Combate à Corrupção Organizações da Sociedade Civil que lideram a adopção e implementação de boa ética nos negócios	2010	A lei Anti-Corrupção é conhecida pelos cidadãos e aplicada na boa ética dos negócios	Actividade em curso	Algumas acções registadas na divulgação da Lei, mas com maior ênfase no sector público. Trabalho mais orientado é necessário.	
	Formar professores em matérias de Educação moral e cívica e ética.	Número de professores formados	Ministério da Educação Universidades Organizações da Sociedade Civil	2010 -2014	Crianças e jovens irão crescer com bons princípios de conduta e informação correcta acerca de corrupção e os meios de combatê-la	Actividade não realizada	Não há evidência de haver inclusão de aspectos associados a corrupção na educação formal sobre moral e cívica e ética	
	Proteger os denunciante de casos de corrupção	Relatórios das instituições envolvidas e opinião pública. Sucesso de casos de corrupção denunciados	Gabinete Central de Combate a Corrupção (GCCC)	2010 -2014	Aumentado casos denunciados de corrupção	Actividade em curso		

	Envolver a sociedade civil no processo da educação moral e cívica e ética entre as corporações		Ética Moçambique GCCC, IoD, CTA, Organizações da Sociedade Civil , ONG's	2010 - 2014	Introduzida a educação cívica, moral e ética nos serviços mais propensos à corrupção	Actividade em curso	Pouca actividade notória na Sociedade Civil evidenciando seu envolvimento na educação cívica, moral e ética.	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------	-------------	--------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
----------------------	--------------------------	--------------------------	----------------------	---------------------	--------------------	-----------------------------------------------------	--------------------------	--------------------------------------------

Objectivo 4: Assegurar que as Corporações tratem com justiça todos os interessados nela, incluindo accionistas, empregados, comunidades e fornecedores

Promover o conceito da responsabilidade social nas PMEs	Disseminar o conceito de responsabilidade social e seu enquadramento legal	% ou número de companhias abrangidas	Instituto de Directores CTA Midia	2010	Responsabilidade e social das PME's elevada e entendida pelas empresas desta dimensão	Actividade não realizada	Nenhum trabalho notório na educação das PME no tocante a responsabilidade e social. Legislação ainda por ser trabalhada no sentido de orientar as empresas para acções de responsabilidade e social.	
----------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------------	------	---------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Proteger os direitos dos directores e Accionistas	Incorporar no código comercial os direitos dos accionistas, as responsabilidades dos directores e protecção dos accionistas minoritários	Aprovada legislação subsidiária, de preferência para a principal lei sobre estipulações feitas: Protecção do direito sobre as acções, a sua inscrição e transferência; Protecção dos accionistas minoritários; a responsabilidade dos directores	Ministério da Justiça Ministério da Industria e Comercio Ministério das Finanças	2012-2014	Direitos dos accionistas protegidos e a responsabilidade e dos directores no código comercial	Actividade em curso	O país é tido como um dos que maiores reformas no sentido de protecção dos investimentos realizou. Contudo, pouco trabalho se nota orientado para os accionistas minoritário. Não se nota também nenhuma movimentação no sentido de se incluir tais reformas no código comercial.	
Elevar a consciência dos Accionistas sobre os seus direitos e obrigações	Sensibilizar a opinião pública sobre o novo Código Comercial através de workshops e palestras	Código comercial disseminado ao público em todo o país	Ministério da Industria e Comercio CTA	2010-2014	Todos os intervenientes de negócios conscientes do Código Comercial em todo o país	Actividade em curso	Acções de divulgação do novo código comercial foram desenvolvidas. Contudo, as recomendações do MARP ainda não se reflectem no código comercial em vigor e que foi amplamente divulgado pelos agentes económicos.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Proteger os direitos dos trabalhadores	Fortalecer mecanismos de controlo das companhias de modo a garantir que os descontos deduzidos dos salários dos trabalhadores para a segurança social sejam canalizados ao INSS	Fiscalização Relatórios de progresso de fiscalização. Estabelecidas regras de fiscalização	Ministério do Trabalho Corporações	2010 -2014	Todas as contribuições para a segurança social deduzidas dos salários dos trabalhadores e das corporações canalizados ao INSS	Actividade em curso	O INSS tem estado a intensificar as acções de cobrança dos valores das contribuições dos trabalhadores não canalizadas pelas empresas e, fruto disso, valores são canalizados compulsivamente e penalizações aplicadas às empresas infractoras.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 5: Assegurar a responsabilização das corporações, directores e funcionários								
Assegurar a responsabilidade das corporações, directores e funcionários	<p>Definir os parâmetros de responsabilidade nas corporações começando com o funcionamento do conselho-selecção do conselho/ nomeação</p> <p>Conhecimento/mistura de géneros no quadro; quadro/gestão de relações; operacional e gestão de risco; relatório; política de comunicação</p>	<p>Estabelecido parâmetros de responsabilização.</p> <p>Plano de Acção para inculir parâmetros de responsabilidade nas corporações.</p> <p>Relatórios periódicos sobre a implementação do plano de acção.</p> <p>Revisão do Plano Geral de Contabilidade de acordo com Normas Internacionais de Contabilidade em uso em todas as corporações</p>	Ministério das Finanças Instituto de Directores	2012-2014	Confiança e melhores práticas aplicadas em todas as corporações	Actividade em curso	<p>Associações locais de profissionais relevantes constituídas e algumas delas já com certo protagonismo na divulgação das melhores práticas de governação corporativa. Contudo, o país ainda está numa fase inicial e que se espera que nos próximos anos algum trabalho já seja notório, incluindo o modelo de reporte a ser recomendado.</p> <p>Progresso assinalável é notório na aplicação do Novo Plano de Contas que já reflecte grande parte das IFRS.</p>	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar a responsabilidade das corporações, directores e funcionários	Estabelecer instituições profissionais locais por exemplo, Instituto de Gestão de Pessoal, Instituto de contabilistas, etc.	Estabelecidas instituições profissionais locais	Ministério das Finanças CTA Instituto de Directores	2013-2014	Profissionais locais com conhecimentos de padrões e códigos internacionais de gestão e confiança	Actividade em curso	Associações locais de profissionais relevantes constituídas e algumas delas já com certo protagonismo na divulgação das melhores práticas de governação corporativa. Contudo, o país ainda está numa fase inicial e que se espera que nos próximos anos algum trabalho já seja notório, incluindo o modelo de reporte a ser recomendado.	
	Adoptar um conjunto de regras e princípios para uma massa crítica de profissionais a ser formados Preparar um plano estratégico para a sua implementação	Adoptado o documento estratégico e regras do plano de acção para a formação dos profissionais	Ministério das Finanças Ministério do Trabalho Ministério da Função Pública	2011-2014	Todos os profissionais formados e trabalhando conforme os padrões e códigos internacionais	Actividade em curso	Não há evidências de existir um plano de formação para as associações de profissionais, contudo algumas sessões isoladas tem ocorrido e são abertas para esses profissionais	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar a confiança das corporações	Emendar o artigo 43 do código comercial que divulga os registos financeiros para incluir: lucros e perdas para mostrar a viabilidade da empresa, fluxo de caixa mostrar a liquidez da empresa, declaração de equidade para mostrar a solvência das corporações	Artigo 43 do Código Comercial alterado e todos os itens propostos	Ministério da Justiça CTA	2013-2014	Código comercial revisto e todos os requisitos contabilísticos incorporados	Ainda não realizada nova revisão do Código Comercial, sobretudo no artigo em causa (art. 36 no novo Código Comercia)	A questão da inclusão no Código Comercial de outros documentos contabilísticos relevantes tem sido um elemento relevante no mundo empresarial e no sector financeiro. Embora se trate de uma prática comum, a sua formalização na lei é relevante.	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO								
PRINCIPIOS, PADRÕES E NORMAS								
Assinar e ratificar padrões, normas, códigos e princípios	Ratificar e adoptar todos os melhores padrões e códigos	Todos os padrões, normas internacionais ratificados e adoptados	Ministério do interior Parlamento sectores ministeriais relacionados	2010-2014	Todas as normas e códigos internacionais ratificados, integrados no direito ordinário interno	As normas, códigos e princípios foram incorporadas nos diversos instrumentos de planificação e realização das políticas públicas		
	Criar uma base de dados facilmente acessível sobre os padrões e normas assinadas e ratificadas para o seu controlo	Criada a base de dados	Ministério dos Negócios Estrangeiros	2011-2013	Todos os padrões e códigos internacionais depositados no mesmo local para a sua monitoria	O MINEC tem uma Direcção que mantém a custódia destes instrumentos		
Assegurar revisões sistemáticas e detalhadas dos tratados internacionais em Moçambique	Elaborar um programa para divulgar informações sobre padrões e códigos assinados, ratificados ou domesticados e incentivar a sua utilização na formulação e concepção política do projecto do programa	Dessiminação do programa	Ministério dos Negócios Estrangeiros Sectores ministeriais	2010-2014	Padrões internacionais e códigos disseminados em todo o território	Actividade em curso		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Intensificar os esforços no sentido assinar, ratificar e adoptar códigos e padrões internacionais	Acordados regras de ratificação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Parlamento com responsabilidades e tempo bem definidos	Publicação no Boletim da Republica, Incorporacao dos tratados ratificações nos planos de desenvolvimento nacional	Parlamento Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério da Justiça e outros ministérios de implementação	2010-2014	Melhorada coordenação no tratamento de acordos contendo princípios, códigos e padrões assinados, ratificados e domesticados	O país tem feito grandes esforços no sentido de assinar, ratificar e adoptar códigos e padrões internacionais. A ratificação não foi feita,		
Estabelecer ligações entre instituições públicas e privadas para a adopção de princípios, normas e códigos,	Estabelecer uma equipe técnica para rever problemas básicos existentes no processo de domesticação (tramitação) actual e, redefinição de mecanismos claros para proceder a ratificação de normas e padrões	Reduzido tempo de adopção e tramitação	Parlamento Todos ministérios	2011	Estabelecido sistema de tramitação mais flexível	Actividade em curso porém, precisa de ser acelerada		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 1: Promover a auto confiança no desenvolvimento e construir capacidade para o desenvolvimento sustentável								
Desenvolver políticas e mecanismos	Alocar 10% do orçamento para a agricultura de acordo a declaração da NEPAD (declaração de Maputo)	% alocada a agricultura	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Governos locais	2011-2014	Melhorado desenvolvimento sócioeconómico	Perto de 7% do orçamento é canalizado para agricultura.		
Reduzir a dependência da ajuda	Explorar formas e meios de redução da dependência do país as ajudas e preparar uma saída estratégica à ajuda	Documento estratégico de saída à ajuda Relatório da implementação da estratégia da saída da dependência de ajuda externa	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Banco de Moçambique Sector Privado	2010-2012	Reduzir a dependência de ajuda externa e internacional pesada que afecta grandes áreas de debate sobre a tomada de decisão política no que se refere ao financiamento, as escolhas políticas, reforço das instituições, a cultura de serviço público, etc.	No Orçamento de Estado para 2012, assegurou-se que apenas 39.6% das despesas públicas serão cobertas por doações ou empréstimos externos, os restantes 60,4% assegurados por recursos internos	Notam-se esforços para assegurar uma maior autonomia de Moçambique e os principais documentos de política destacam a importância da redução da dependência externa	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reduzir a dependência da ajuda	Reforçar a implementação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, a fim de reforçar a apropriação da política de desenvolvimento e actividades de ajuda	Relatório sobre a implementação dos programas de ajuda e análise da situação e sua eficácia. A Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda a produzir efeitos	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Indústria e Comercio Ministério da Agricultura Ministério da Saúde Ministério da Educação	2010-2014	Eficácia da ajuda com o País a beneficiar-se de programas de desenvolvimento financiados pela ajuda.	Actividade em curso.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reduzir a forte dependência financeira externa, técnica e programática	Formular e adoptar pacotes de reforma económica endógenas. Estabelecer mecanismos para alargamento da base tributária através do reforço do sector produtivo, simplificação no sistema de colecta de impostos de forma equitativa entre os diferentes contribuintes (parte das actividades de gestão económica)	Reforçar a taxa de poupança interna (pública e privada); Redução consistente do défice público, incluindo fora do orçamento; Aumentada base de depósitos privados no sistema financeiro, garantindo taxas de juros positivos reais de maneira consistente	Todos os sectores ministeriais, Autoridade Tributária Banco de Moçambique	2010 -2011	Reduzida a dependência externa através de incremento da capacidade interna em todos os níveis tais como: finanças públicas, Sector de finanças, produtivo, habitação, PMEs aumentam suas contribuições as finanças públicas que aumenta a contribuição interna para o Orçamento do Estado	Cerca de 60,4% do Orçamento do Estado serão assegurados por recursos internos.	As medidas orientadas para incrementar as capacidades internas a todos os níveis, finanças, produtivo, habitação, PMEs precisam ser mais ousadas e aceleradas	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reduzir a forte dependência financeira externa, técnica e programática	<p>Reduzir os desequilíbrios de incentivos fiscais entre os mega-projectos e as iniciativas de pequeno empreendedor</p> <p>Realizar estudos para melhorar os incentivos de investimento do sector financeiro nos projectos da agricultura.</p> <p>Melhorar o clima de negócios e condições de competitividade no mercado para PME's</p>	Fortalecida a taxa de poupança interna (pública e privada); Redução consistente do défice público, inclusive fora do orçamento; Aumentada a base de depósitos privados no sistema financeiro, garantidas taxas positivas de juros reais de uma forma consistente	<p>Todos os Sectores ministeriais</p> <p>Autoridade Tributária</p> <p>Banco de Moçambique</p>	2010 - 2011	Reduzida a dependência externa através do incremento da capacidade interna em vários níveis, tais como: finanças públicas, gestão financeira, sectores produtivos e sector de habitação; das PME's aumentando suas contribuições para as finanças pública, o que aumenta a contribuição interna para o Orçamento do Estado,	<p>dependência externa tem estado a reduzir gradualmente desde 2010</p> <p>Foi constituída uma equipa multisectorial para estudar os mecanismos de melhoria do ambiente de negócios incluindo o desenho de um plano de acção</p>		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reduzir a assimetria regional e intra-regional (rural / urbano), em suas múltiplas dimensões	Assegurar que o Investimento público em termos de infra-estruturas sociais e equipamentos capazes de reduzir as assimetrias a nível regional, provincial, urbano e rural.	% de Chefes de família com acesso a serviços básicos nas áreas mais desfavorecidas - tanto a nível regional como em áreas intra regional e rural - urbana	Ministério das Obras Públicas e Habitação Ministério da Mulher e Acção Social	2010 - 2014	Redução das assimetrias regionais e intra-regionais	Actividade em progresso, com a expansão das estradas nacionais e regionais, promoção da electrificação rural, melhoria do acesso a água e rede de comunicações.		
	Estabelecer parcerias público - privadas onde a situação económica justifique	Número de parcerias público-privadas estabelecidos	Todos os Ministérios Corporações Organizações da Sociedade Civil NGOs	2010 - 2014	Reduzidos os desequilíbrios do desenvolvimento socioeconómico regionais e rurais	Lei das parcerias público privadas estabelecida Progressos no desenvolvimento de parcerias público-privadas	O sucesso destas parcerias continua depender dos progressos a realizar no ambiente de negócios	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o sistema de diálogo permanente, transparência e partilha de informação entre os intervenientes no processo de desenvolvimento	Avaliar os sistemas actuais de interacção entre os diferentes parceiros e elaborar um plano de acção	Número de interessados com conhecimento e participando no processo de elaboração e monitoria do desempenho Relatórios de avaliação sobre o nível de articulação e participação das partes interessadas.	Ministério da Planificação e Desenvolvimento CTA Parceiros de Cooperação Organizações da Sociedade Civil ONGs	2011 2012	Melhoramento do sistema actual de articulação entre vários intervenientes no processo de desenvolvimento	Registam-se Progressos com o estabelecimento dos conselhos consultivos distritais, e a consolidação dos observatórios de desenvolvimento ao nível Central, provincial e distrital.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 2: Acelerar o desenvolvimento socio-económico para atingir o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza								
Assegurar que estratégias sectoriais são endógenas e proceder a sua execução	Realizar um estudo de modo a renovar e reforçar as políticas e estratégias sectoriais	Relatórios de Estudos Politicas sectoriais e estratégias sectoriais revistas e implementadas	Todos sectores ministeriais	2011-2012	Estratégias sectoriais desenhadas e implementadas com maior eficácia;	Progressos registados com o aumento da participação da sociedade civil e dos actores chave no desenho das estratégias sectoriais		
	Garantir a Implementação atempada das estratégias sectoriais	Relatórios anuais de implantação dos e estratégias			Distribuição equilibrada entre os sectores produtivos e sociais			

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar a partilha no desenvolvimento da agricultura rural e da indústria no orçamento do Estado, de modo a reflectir a sua relativa importância no desenvolvimento	Alocar 10% do orçamento para a agricultura de acordo a declaração da NEPAD (declaração de Maputo)	Aumento Significativo da Percentagem do Orçamento do Estado alocada à agricultura	Ministérios da Planificação e Desenvolvimento Ministério da Agricultura Ministério da Indústria e Comercio ONG's	2011-2012	Melhorado o investimento no sector agrário Políticas agrárias e industriais adoptadas e implementadas	Perto de 7% do orçamento é canalizados para agricultura..	São poucos os países africanos que já alcançaram ou superaram a meta dos 10% na agricultura. Requer-se esforços arrojados.	
	Criar instituições de crédito para agricultura; infra-estruturas; mercados e serviços de apoio.	Relatórios anuais de implantação dos e estratégias		2011-2012	Distribuição equilibrada entre os sectores produtivos e sociais	Foi criado o Banco de Investimentos que irá actuar como um Banco de Desenvolvemento		
	Criar um plano de implementação de políticas de processamento agro industriais	Implementação do plano da política de processamento agro industrial. Alocada a percentagem do orçamento estabelecido para a execução de políticas industriais adoptadas						

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar o grau de descentralização e desconcentração financeira e administrativa	Operacionalizar a implementação do PPF, SISTAFE, e-SISTAFE	Maior percentagem de fundos alocados aos distritos pelo OE	Ministério das Finanças Governos provinciais e distritais	2010-2013	Descentralização financeira & desconcentração financeira reflectindo a eleição dos distritos como pólos de desenvolvimento	A consolidação do Fundo de desenvolvimento do distrito, da lei sobre os órgãos locais do Estado materializaram a visão do governo sobre a descentralização e desconcentração. O SISTAFE está na maior parte dos distritos	Deve-se criar mais infraestruturas para comportar o e-SISTAFE, de modo a abranger-se todos os distritos.	
Aumentar a implantação de infra-estruturas nas zonas rurais	Identificar constrangimentos para estabelecimento de uma rede eficiente de infra-estruturas e serviços, nas áreas rurais. Elaborar estratégia e plano de acção para incrementar as infra-estruturas	Relatório do inquérito e plano de acção. Aumentada a percentagem de número de pessoas com acesso a energia eléctrica e outras infra-estruturas e serviços. Reduzidas as distâncias entre local de residência e estradas	Ministério das Obras Públicas e Habitação Ministério da Energia Municípios Governos provinciais, distritais e de localidade	2010-2014	Rede de infra-estruturas nas zonas rurais bem como electricidade, vias de acesso, rede de telecomunicações estabelecidos	No sector de águas construiu-se fontes de água nas zonas rurais. No que diz respeito ao saneamento rural, foram construídas latrinas e melhoradas, cumprindo na plenitude a meta fixada para o ano. O acesso da população à rede de energia eléctrica aumentou.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Criar associações nas zonas rurais	Divulgar a lei de Associativismo e desenvolver programas de formação do sector familiar para a criação de associações sustentáveis dos criadores de gado	Número de associações agrícolas e de criadores de gado do sector familiar criadas nos distritos	Governos distritais Organizações da Sociedade Civil ONG's	2010 - 2014	Associações agrícolas e de criadores de gado, do sector familiar, sustentáveis	Consolidada legislação virada a facilitação do registo das associações Implementadas acções de promoção do cooperativismo E desenvolvidas diversas acções de formação de associações, em particular para mulheres		
Promover o auto emprego aos jovens	Desenvolver programas de formação e de capacitação de jovens para implementação de negócios a nível dos distritos	Número de jovens treinados, e com empreendimentos em curso nos distritos	INEF- Instituto Nacional de Educação e Formação Organizações da Sociedade Civil ONG's	2010-2014	Índices de desemprego reduzidos nos distritos e no país	Acções de treinamento implementadas na área de empreendedorismo.	Maior parte destas actividades são feitas de maneira ad-hoc, Não há mecanismos de acompanhamento dos formados, como o financiamento, a disponibilidade de serviços de apoio a negócios e de desenvolvimento institucional encontram-se ausentes da maioria dos programas de ensino de empreendedorismo existentes no país	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar a produção agrícola no País	Promover o uso de tracção animal para o sector familiar e uso de semente certificada e apropriada para agricultura em condição chuvosa	Número de actividades agrícolas (existentes) assistidas e produzidas no sector familiar.	Ministério da Agricultura, Governos provinciais e distritais Organizações da Sociedade Civil , Institutos de Investigação e Extensão rural	2010-2014	Aumentada a produção no sector familiar e garantida a segurança alimentar	Incrementado o uso de tracção animal para o sector familiar e uso de semente certificada pelos pequenos produtores		
Criar um Banco de Desenvolvimento	Promover um estudo para a criação de um banco de desenvolvimento	Estudo aprovado no Conselho de Ministros	Ministérios da Planificação e Desenvolvimento Ministério das Finanças Ministério da Agricultura CTA	2011	Financiamento agrário garantido	Existem instituições financeiras de Desenvolvimento como a GAPI, onde o governo é accionista. Recentemente foi criado o Banco Nacional de Investimentos com a participação também do governo	Permanecem preocupações relativas a abrangência das instituições financeiras de desenvolvimento existentes para responder as necessidades específicas das Pequenas e médias empresas Moçambicanas	
Estimular a colocação de professoras nas zonas rurais	Criar condições logísticas e financeiras atractivas para mobilizar professoras a optar a viver no meio rural (habitação, bónus salarial, comunicações, etc.)	Número de professoras voluntárias para trabalhar no meio rural	Ministério da Função Pública Organizações / Associações de Professores Sector privado	2010-2014	Mais alunas a continuarem com seus estudos e a permanecerem nas escolas; promoção da rapariga e da mulher, equilíbrio de género.	Através do Ministério da Educação, tem-se desenvolvido esforços assinaláveis.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar a formação técnico-profissional dos jovens nos distritos	Construir e estabelecer escolas técnicas e profissionais nos distritos	Número de escolas técnicas e profissionais construídas nos distritos	Ministérios da Educação Ministério das Obras Públicas e Habitação Governos locais,	2010-2014	Jovens profissionalmente qualificados	Aumentou do número de escolas de ensino técnico profissional e vocacional. Aumentou também a população estudantil do ensino técnico profissional e vocacional do nível médio.	As escolas técnicas continuam concentradas nas capitais provinciais e algumas zonas urbanas. A expansão para cada distrito conforme a recomendação do Painel ainda constitui grande desafio	
Estabelecer complementaridade e sinergias entre a medicina moderna e tradicional	Criar um regulamento de trabalho e cooperação entre as duas medicinas	Regulamentos aprovados no Conselho de Ministros e disseminados. Espaços criados formalmente para prática de medicina tradicional	Ministério da Saúde AMETRAMO	2010-2013	Cuidados de saúde pública melhoradas	Melhorada a ligação e interação entre os serviços nacionais da saúde e os praticantes de medicina tradicional. Participação dos praticantes de medicina tradicional nos diversos fóruns de consulta.	A estratégia de desenvolvimento de complementaridades carece de uma abordagem sistemática.	
Desenvolver políticas e mecanismos								

	<p>Aumentar a consciência nacional sobre a importância da protecção social nos processos para reduzir a pobreza</p>	<p>Campanhas de sensibilização sobre a protecção social.</p> <p>Disseminada lei sobre a protecção social (lei n. 4 / 2007): - Segurança Social básico; Obrigatório e Previdência Social, e sua regulamentação (Decreto 53/2007) - Previdência Complementar.</p> <p>Direito de Família, 10/2004, lei de Terras, 19/1997, lei sobre HIV / SIDA, no local de trabalho, 5 / 2002, lei de protecção das crianças impedindo-os o acesso às discotecas, a lei 6 / 99, etc.</p>	<p>Ministério da Mulher e Acção Social</p> <p>Ministério da Justiça</p> <p>Ministério das Finanças</p> <p>Organizações da Sociedade Civil</p>	<p>2010-2014</p>	<p>Consciência Pública sobre a importância da protecção social no processo da redução da pobreza e criado o estímulo do processo de desenvolvimento</p>		
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reforçar as Políticas. Mecanismos de Execução e Resultados nas Áreas Sociais Chave, Incluindo Educação e Combate ao HIV/SIDA e Outras Doenças Contagiosas	Proceder uma revisão global da estrutura da pirâmide da educação, a fim de ampliar o acesso à educação nos níveis secundário e técnico-profissional e superior	Estudos aprovados pelo Conselho de Ministros, publicados e disseminados	Direcção Nacional de Ensino Vocacional e Formação Escolar	2011-2012	Melhorada a taxa de acesso ao ensino secundário e técnico-profissional. Melhorado o funcionamento do ensino Secundário, Escolas técnico profissionais	Aumento em 2011 e 2012 da população estudantil do ensino secundário do 1º ciclo, secundário do 2º ciclo do ensino técnico profissional e formação vocacional de nível médio Aumentou o número de professores formados	Ainda por encontrar a fórmula apropriada para expandir a formação técnica profissional e vocacional e equilibrar a pirâmide da formação da força de trabalho em Moçambique	
Objectivo 3 : Aumentar a taxa de acesso ao ensino secundário, ensino técnico profissional / formação vocacional								
Aumentar a taxa de acesso ao ensino secundário, ensino técnico profissional / formação vocacional	Fortalecer a formação de professores com o aumento do número de salas e centro de formação de professores	Estabelecidos programas de formação de professores para aumentar o número de professores em conformidade com os requisitos para cobrir os programas de educação Melhorada a taxa bruta e líquida de formação de professores e	Ministério da Educação Ministério do Trabalho	2012 -2014	Melhorado o acesso e o número de pessoas para formação de professores			

		frequência escolar . Aumentado o número de escolas de formação de professores devidamente equipadas de acordo com suas áreas de especialização .Aumentado o número de professores qualificados						
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar a cobertura de partos nos hospitais	Realizar estudos com cenário de opções para melhorar a cobertura de assistência de partos considerando a hipótese de criação de centros de saúde específicos para tal finalidade	Estudos aprovados e amplamente discutidos. Taxas de cobertura de assistência de partos	Ministério da Saúde	2010-2013	Maior taxa de cobertura do parto assistido	O país tem assistido ao aumento do número de partes institucionais o que tem reduzido o numero de obitos em razao de complicacoes resultantes de partos realizados no espaco domestico		
Promover políticas e mecanismos de entrega	Estabelecer directrizes sobre as normas e monitoramento da qualidade da educação e da saúde	Estabelecidas e clarificadas orientações de política nacional sobre incentivos para os sectores da educação e da saúde bem como a forma que são embalados, administrados e monitorados.	Ministério da Saúde Ministério da Educação	2010-2014	Transparência e de boa qualidade na prestação de serviços nos sectores da saúde e educação,	Estabeleceu-se o Programa de Qualidade e Humanização O Ministério da Saúde (MISAU) tem promovido formações dirigidas a Directores dos hospitais provinciais, distritais e rurais, entre outros agentes e profissionais de saúde		
	Estabelecer um quadro integrado multi-sectorial para a luta contra o HIV / SIDA, Tuberculose e Malária	Estabelecido quadro multi-sectoriais integrado. HIV / SIDA, Tuberculose e Malária estão conjuntamente próximos de corresponder ao diagnóstico a que estão associados.	Ministério da Saúde	2010-2014	Estabelecido quadro integrado multi-sectorial para a luta contra o HIV / SIDA, Tuberculose e Malária	Tem-se estado a implementar uma resposta multisectorial para as doenças mencionadas sendo os pivôs o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS). Um dos instrumentos chave para operacionalizar essa resposta no âmbito do HIV/SIDA tem sido o PEN III (2010-2014). No âmbito da malária, está em operacionalização a Política Nacional da Malária e a testagem da respectiva vacina		

	Analisar as falhas / defeitos de políticas anti HIV / SIDA e estratégias para apoiar à formulação do quadro multi- sectorial.	Relatório de inquérito. Relatórios de monitoria e vigilância epideminológica	CNCS Organizações da Sociedade Civil NGO's que trabalham contra as doenças.	2010	Eliminar as deficiências das políticas actuais sobre o HIV/SIDA	Actividades em curso		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------	------	-----------------------------------------------------------------	----------------------	--	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reduzir as taxas de seroprevalência de HIV/SIDA	Conduzir a disseminação maciça de mensagens de prevenção e testagem voluntária, ajustado à realidade e cultura	Percentagem das taxas de prevalência HIV / SIDA reduzida para menos de 16%; Relatórios de monitoria e vigilância epidemiológica	Ministério da Saúde Organizações da Sociedade Civil ONGs	2011	Baixas taxas de prevalência do HIV/SIDA	o país tem alcançado resultados satisfatórios no que tange a redução da transmissão vertical de mãe para o filho.	Permanece o desafio de reduzir o número de novas infecções pediátricas por HIV	
	Trazer líderes tradicionais, religiosos e outros fazedores de opinião nas comunidades na linha da frente no combate ao HIV/SIDA	Todas as comunidades tradicionais, religiosas e líderes comunitários trazidos a vanguarda para adoptar políticas e estratégias para a situação sócioeconómico e cultural prevalecente as realidades em todo o país	Ministério da Saúde CNCS Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Realidades sociais, económicas e culturais em todo o país empenhados para estabelecer políticas e estratégias na luta contra o HIV / SIDA	Realizadas actividades de capacitação dos líderes comunitários, religiosos e outros fazedores de opinião nas comunidades em matérias de combate a HIV/SIDA.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Reduzir as taxas de seroprevalência de HIV/SIDA	Envolver activamente jovens e mulheres no combate ao HIV/SIDA	Mulheres e jovens activamente Envolvidos no combate ao HIV/SIDA	Ministério da Saúde, Ministério da Juventude e Desportos Ministério da Mulher e Acção Social	2010-2014	Vulnerabilidade da maioria dos grupos afectados: mulheres e jovens e em particular a rapariga reduzida	Mobilizadas comunidades no contexto da campanha "Andar fora é mangingue arriscado" e feita uma formação direccionada aos líderes comunitários sobre abordagem tendo em conta a realidade local das questões sobre o HIV e SIDA e sua resposta, destacando acções ligadas a Circuncisão Masculina na Zambézia; Acções e formações com vista a busca de outro tipo de acções mais saudáveis para purificação das viúvas por exemplo.	Envolver activamente jovens e mulheres no combate ao HIV/SIDA	
	Tomar medidas necessárias para estender e intensificar a cobertura do DOT, através do envolvimento das comunidades e capacitar centros de saúde para providenciar diagnósticos e serviços de laboratório de qualidade	Centros de saúde capacitados e serviços de diagnósticos e laboratórios de qualidade. Comunidades mais envolvidas nos DOT	Ministério da Saúde	2010-2014	Redução do número de casos com resultado do impacto dos DOTS	Actividade em curso		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 4: Facultar o acesso a água, serviços sanitários, energia, finanças, mercados, TICs, habitação e terra para todos os cidadãos, especialmente aos pobres								
Assegurar o acesso a água	Formular estratégia para reforçar e implementar parcerias público-privadas na provisão de água potável para os moradores urbanos	Desenhar estratégia destinada a reforçar e implementar as PPP sustentável. Relatórios periódicos de implementação	Municípios, Ministério das Obras publicas e Habitação, Sector privado	2010-2014	Fornecimento de água potável às zonas urbanas / moradores peri-urbanos	A taxa de cobertura para água passou de 54% em 2009 para 67% no 1º semestre de 2012.		
	Implementar a estratégia de oferta de água para garantir que a proporção da população com acesso à água potável nas zonas rurais cumpre no mínimo a meta dos ODM de 70 por cento em 2015,	Relatório sobre a cobertura de água	Ministério das Obras Publicas e Habitação Sector Privado	2010-2014	Fontes de água disponíveis nas zonas rurais	Cerca de 2848000 pessoas adicionais com acesso a agua nas zonas rurais e 730980 pessoas adicionais nas zonas urbanas		
	Prosseguir com determinação a campanha sobre o uso de água potável para uma vida saudável	Aumento da oferta de água potável nas áreas urbanas e rurais Campanha para uso de água potável em andamento	Governos Municipais Ministério das Obras Públicas Habitação, Governo local, Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Melhorada a qualidade, reabilitar e sustentar os serviços de água em áreas urbanas e rurais	O Governo procedeu a investimentos significativos nos sistemas de irrigação existentes em alguns distritos no quadro da Estratégia Nacional de Irrigação.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o saneamento	Reforçar a capacidade dos Governos municipais na provisão de pessoal qualificado e de financiamento para assumir plenamente a responsabilidade de prestação de saneamento básico especialmente na gestão de resíduos sólidos.	Relatório sobre o reforço das capacidades dos Governos municipais para melhorar os serviços de saneamento em particular a gestão dos resíduos sólidos. Número de funcionários formados. Recursos providenciados	Todos municípios Governos locais	2010-2014	Capacidade dos Governos municipais de prestação de serviços de saneamento em particular a gestão de resíduos sólidos reforçados. Prestação de serviços de saneamento pelos municípios reforçada	Mais 1840500 pessoas com latrinas melhoradas nas zonas rurais Mais 87370 pessoas com latrinas melhoradas nas zonas urbanas		
	Melhorar a formação dos funcionários nos distritos, organizações da sociedade civil e membros da família na construção de latrinas melhoradas nas zonas rurais	Acções de formação para funcionários dos distritos, Pessoal e organizações da sociedade civil e membros do agregado familiar com latrinas melhoradas nas zonas rurais dos distritos. Número de pessoas treinadas			2010-2014	Funcionários públicos locais, Organizações da Sociedade Civil e membros da família com os conhecimentos técnicos de construção de latrinas melhoradas	Actividades em curso, incluindo a formação de professores nas escolas	

	<p>Prosseguir com determinação a campanha sobre o uso de água potável para uma vida saudável</p>	<p>Aumento da oferta de água potável nas áreas urbanas e rurais</p> <p>Campanha para uso de água potável em andamento</p>	<p>Governos Municipais</p> <p>Ministério das Obras Públicas Habitação, Governo local, Organizações da Sociedade Civil</p>	<p>2010-2014</p>	<p>Melhorada a qualidade, reabilitar e sustentar os serviços de água em áreas urbanas e rurais</p>			
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Usar energias renováveis	Formular uma política energética nacional compreensiva que irá promover a utilização das fontes de energia renováveis, bem como o consumo interno do gás e do carvão, a fim de reduzir a taxa de desmatamento	Uma política energética nacional compreensiva para promoção do uso de fontes de energias renováveis.	Ministério da Energia Ministério do Ambiente	2010-2012	Promovido o uso de fontes de energia renováveis e o consumo doméstico de gás e carvão	Aprovou-se a política e estratégia de biocombustíveis em 2009, visando massificação do uso de energias renováveis, incluindo a aprovação do Decreto N° 58/2011 de 11 de Novembro. Foi também criada a Comissão Interministerial de Biocombustíveis.		
	Acelerar o processo de electrificação, especialmente nas zonas rurais para promover o desenvolvimento das indústrias de agro-processamento e minimizar a migração rural / urbana	Número das localidades e distritos recebendo electrificação (128-82) dentro de seis meses por exemplo	Ministério da Energia	2010-2014	Acelerado o processo de electrificação rural	Quase todos os distritos do país estão electrificados e cerca de 36% da população tem acesso a energia.		
	Abordar a questão da insuficiência de dados sobre a energia nos Ministérios relevantes	Programa de colecta de dados sobre a energia	Ministério da Energia	2010-2014	Adoptado instrumento eficiente para a recolha de dados sobre a energia nos ministérios relevantes	Actividade em curso		

Objectivo Especifico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar o acesso ao mercado pelos pequenos agricultores	Proporcionar uma melhor infra-estrutura de armazenamento e de formação em pós-recolha, para os pequenos agricultores	Número de infra-estrutura de armazenament o melhorada; e oferecida formação em pós-recolha, aos pequenos agricultores	Ministério da Agricultura Governos distritais locais	2010-2014	Pequenos agricultores pequenos agricultores formados no manuseamento pós-colheita e infra-estrutura de armazenamento localizados nas zonas rurais	Em curso através da construção de silos e acções de formação		
	Reabilitar as indústrias existentes e estabelecer mais industrias de agro-processamento Fornecer informações actualizadas de marketing aos agricultores regularmente	Número de indústrias de agro-processament o reabilitadas e estabelecidas e informações de marketing distribuídas.	Ministério da Agricultura Ministério da Industria e Comercio Ministério da Planificação e Desenvolvimento	2010-2014	Indústrias de agro processamento renovadas			
Providenciar infra- estruturas de transportes	Desenvolver um plano nacional para a melhoria da rede de estradas reparadas nas províncias para facilitar a evacuação atempada e adequada dos produtos agrícolas das fazendas para os mercados nos centros urbanos	Kms de rede estradas pavimentadas e asfaltadas que ligam os distritos e localidades do interior	Ministério das Obras Publicas e Habitação Governos provinciais e distritais	2010-2014	Criação de rede de estradas melhoradas dentro das províncias, distritos e localidades	Reabilitação da Linha de Sena. Reabilitação da Estrada Nacional Nº1 e outras principais	A implementação do programa de estradas carece de medidas urgentes para atingir as metas definidas para o quinquénio	

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
	Criar corredores para “ciclistas”, quando a reabilitação e construção de novas estradas em zonas urbanas e peri urbanas estiver em curso	Comprimento total de vias com faixas de ciclistas	Ministério das Obras Publicas e Habitação Municípios	2012-2014	Carros, bicicletas e outros usuários concorrentes em vias urbanas regulados	Actividade não realizada	Devia-se criar corredores para “ciclistas”, quando a reabilitação e construção de novas estradas em zonas urbanas e peri urbanas estiver em curso	
Providenciar infra- estrutura de transportes	Melhorar o uso do transporte marítimo para o movimento de passageiros e mercadorias ao longo da costa (2,700 km) no país	Número de passageiros e toneladas/volumes de bens transportados pelo mar nos cinco portos. Portos e navios melhorados	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Ministério dos Transportes e Comunicações Governos provinciais relevantes	2010-2014	Providenciados meios de transportes alternativos	Actividades em curso		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Promover Habitação	Abordar a questão da escassez de dados sobre habitação e iniciar uma política de habitação coordenada em todos os centros urbanos e áreas rurais	Iniciada a coordenação da política de habitação nas zonas urbanas e rurais	Ministério das Obras Publicas e Habitação Governos locais	2010-2014	Estabelecida política de habitação	O sector de habitação progrediu moderadamente entre 2009 e 2012. Apromoveu-se a construção de novas habitações, encorajou-se o surgimento de assentamentos urbanos	Promover Habitação de baixo custo e tornar acessível para grande maioria	
	Aumentar a dotação orçamental para habitação em consonância com a recomendação da decisão do Conselho Ministerial Africano sobre Habitação.	Montante atribuído à habitação e número de casas construídas	Ministério das Finanças Ministério das Obras Publicas e Habitação, Governos locais	2010-2014	Recomendação da decisão do Conselho Ministerial Africano sobre Habitação Aplicado	Não foi definido um tecto do orçamento para a habitação		
	Desenvolver capacidade da Direcção de Habitação do Ministério das Obras Públicas e Habitação para realizar pesquisas e outras tarefas de procura e fornecimento de habitação	Pesquisas desenvolvidas , publicadas e difundidas	Ministério das Obras Publicas e Habitação Governos locais	2012-2014	Inquéritos sobre a procura e fornecimento de habitação liderando o processo de construção de casas	Actividade em curso		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar terra para os cidadãos pobres rurais	Reabilitar e estabelecer instalações de irrigação em pequena escala, a fim de garantir a utilização adequada das terras agrícolas para a segurança alimentar	Reabilitado sistema de irrigação em pequena escala, tipo e quantidade de produto colhido	Ministério da Agricultura	2010-2012	Todas as instalações de irrigação de pequena reabilitadas			
Promover a utilização equilibrada das terras mais produtivas	Rever constrangimentos na implementação das políticas actuais relativas aos Sistemas de irrigação- Tecnologias agrárias- Estradas- Mercados- Finanças- Aplicação justa da lei de terras entre os competidores	Resultados das análises discutidos, aprovados, publicados e disseminadas.	Todos os sectores económicos (agricultura, Obras Publicas e Habitação, Indústria e Comércio, Recursos Minerais Finanças Banco de Moçambique) Governos provinciais e distritais, operadores de micro finanças	2011-	Constrangimentos e conflitos eliminados e propostas novas abordagens	Aprovada a estratégia nacional de irrigação, estratégia de finanças rurais Aumento da capacidade do Instituto Nacional de Investigação agrária para a promoção de tecnologias agrárias		
	Promover uma utilização mais produtiva da terra e uma melhor aplicação das políticas agrícolas Revisão da lei de terra de 1997	Relação de tonelagem por hectare melhorou significativamente. Relatório sobre conflitos resolvidos de uma maneira equilibrada e equitativa	Ministério da Agricultura, actores da agricultura comercial, associações de caçadores rurais		Produção agrícola aumentada e os conflitos de terra reduzidos			

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar o acesso a água e reduzir as assimetrias existentes	Rever a estratégia para ampliar o acesso à água, tendo em conta a sua acessibilidade	Custo por m3 para os consumidores pobres reduziu	FIPAG, Governos provinciais e Distritais	2010	Custo por m3 reduzido e acesso alargado a mais consumidores Fontes de água potável identificadas	Aumento da taxa de cobertura da água nas zonas rurais e urbanas		
	Conduzir estudo sobre exploração de recursos hídricos para abastecimento de água potável	Publicação do estudo dos recursos hídricos		2011		Informação não sistematizada		
	Implementar as recomendações dos estudos através de redimensionamento dos investimentos públicos na água	Percentagem da população urbana e rural com acesso a água potável	Águas de Moçambique (empresa nacional de distribuição de água) FIPAG	2012 -2013	Melhoria Significativa no acesso à água para todos em todas as áreas (rural e urbana)			

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar o acesso aos serviços de saneamento e reduzir os desequilíbrios no mesmo	Assegurar investimentos para a realização de planos de saneamento em áreas rurais e urbanas	Percentagem da população urbana e rural com acesso aos serviços de saneamento	Governos distritais Municípios	2012-2014	Melhorado o acesso aos serviços de saneamento	Aumento dos serviços de saneamento		
	Implementar obras de drenagem e melhorar o sistema de latrinas. Melhorar a gestão de lixo e outros resíduos,	Promover o modelo de Latrinas de custo baixo	Governos Provinciais Distritais Municípios Comunidades urbanas e rurais	2010 - 2014	Uso de latrinas melhoradas alargado	Actividades não realizadas. Drenagens e resíduos sólidos continuam um desafio para as autarquias		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Incrementar o acesso a Finanças e Micro finanças	Expandir para todos os distritos a rede de bancos postais, simultaneamente com a implementação dos investimentos e incentivos públicos	Percentagem da população rural com acesso ao crédito	Sector privado, Rede de Caixas Postais Bancos Comerciais e Bancos Postais	2012 2013	Melhorias substanciais no acesso a Finanças e Micro finanças, em particular nas zonas rurais	Ainda não foram instalados bancos postais nos distritos não obstante a banca comercial ter expandido para esses locais	.	
Incrementar o acesso a Finanças e Micro finanças	Identificar obstáculos que limitam o estabelecimento de serviços bancários e instituições de micro crédito. Adoptar incentivos a serem aplicados às instituições financeiras para estes poderem investir a longo prazo nos sectores sub-financiados	Número de instituições financeiras nas áreas rurais aumentado significadamente	Ministério de Indústria e Comércio Banco de Moçambique	2011	Mais bancos comerciais e outras instituições financeiras estabelecidas nas áreas rurais	Actividade iniciada		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o acesso a Mercados, particularmente os mercados agrícolas	Rever o sistema de comercialização agrária para incluir a ligação entre os pequenos e médios/grandes, produtores e, a ligação destes com os compradores.	Estudo publicado e disseminado entre produtores e compradores	Ministérios da Planificação e Desenvolvimento Ministério da Indústria e Comércio Ministério da Agricultura	2010	Melhorado acesso aos mercados	Actividades em curso Implementado o programa de reabilitação das estradas nacionais e regionais. Implementado o sistema de informação sobre mercados agrários	.	
	Melhorar o sistema de compra do Governo para armazenar localmente de modo a criar stocks de segurança e estabilização de preços	Sistema estabelecido e amplamente difundido. Percentagem de comercialização de excedentes agrícolas aumentada	Ministério do Indústria e Comercio	2013	Melhorado o sistema de comercialização de produção agrícola			

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Aumentar o acesso aos TICs e reduzir os desequilíbrios no mesmo (acesso)	Fazer um estudo sobre a viabilidade da extensão dos telecentros aos distritos	Estudo do acesso dos TIC's aos distritos completado, disseminado e largamente discutido; Percentagem de distritos com telecentros.	Ministério dos Transportes e Comunicações, Universidade Eduardo Mondlane	2011	Melhorado o acesso a TIC's	Expandiu-se significativamente a disponibilidade e o acesso às tecnologias de informação e comunicação nas zonas rurais e entre os grupos vulneráveis. Procedeu-se a expansão da rede de fibra óptica o que melhorou significativamente a fiabilidade e qualidade das comunicações. Foram criados entre 2010 e 2012, dez páginas Web de Governos Distritais	.	
	Implementar as recomendações dos estudos dos TIC's para os distritos	Percentagem de distritos com TIC's e telecentros		2012				

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Melhorar o acesso a Habitação nas zonas urbanas e suburbanas	<p>Analisar a política de fundo de habitação de forma a identificar as razões do baixo nível de abrangência e recomendar soluções;</p> <p>Desenhar e implementar uma política e estratégia de financiamento da habitação</p> <p>Desenvolver projectos de habitação de baixo custo e criar incentivos para dinamizar um mercado habitacional crescente</p>	<p>Resultados da análise publicados e discutidos</p> <p>Política e estratégia de desenvolvimento e financiamento da habitação aprovado pelo Conselho de Ministros, publicados e disseminados</p>	<p>Ministério das Obras Públicas e Habitação</p> <p>Conselho Nacional da Juventude</p> <p>Ministério das Obras Públicas e Habitação</p> <p>Ministério da Mulher e Acção Social</p> <p>Fundo de Habitação</p> <p>Governos provinciais e distritais</p>	<p>2011</p> <p>2012</p>	Melhorado o acesso à habitação no geral e aos casais jovens em particular	Actividades em curso .		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 5: Progressos no sentido de igualdade de género e em todas as áreas de preocupação, incluindo o acesso das raparigas à educação a todos os níveis								
Aumentar o impacto da política de género até ao nível micro	Conduzir estudos de factores que impedem a implementação das políticas e estratégias actuais de género em todas as áreas	Percentagem de mulheres com acesso e oportunidade à educação formal e emprego	Ministério da Mulher e Acção Social Organizações da Sociedade Civil ONG's	2011 - 2012	Equilíbrio de género	Aprovado o novo Regulamento de Retenção da Rapariga na Escola que inclui de entre outros incentivos, matrícula e livros gratuitos. Iniciativas tais como, concessão de Bolsas de Estudo e o aumento do envolvimento e participação activa das lideranças comunitárias e religiosas.		
	Aprovar um plano de acção para vários actores com responsabilidades repartidas para eliminar constrangimentos existentes							
Conduzir esforços no sentido de alcançar a igualdade de género e igualdade de oportunidades para todos os indivíduos	Acelerar e intensificar a implementação de estratégias para a retenção de raparigas na escola primária e secundária e encorajar a seguir a formação vocacional como uma estratégia de dar poder à mulher moçambicana	distâncias para escola reduzidas; Distribuir gratuitamente ou subsidiar materiais escolares Subsidiar as propinas no ensino secundário; Desenvolver campanhas nas comunidades locais sobre os efeitos de casamentos e gravidezes prematuras	Ministério da Educação Ministério da Mulher e Acção Social Organizações da Sociedade Civil Líderes Comunitários Líderes tradicionais	2010-2014	Raparigas e rapazes com mesmas oportunidades escolares, Abolição o decreto de 2003 que prevê a transferências de raparigas para o curso nocturno no caso de gravidez			

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Conduzir esforços no sentido de alcançar a igualdade de género e igualdade de oportunidades para todos	Acelerar a lei sobre a violência doméstica que dá ênfase na violência baseada em género	lei sobre violência doméstica aprovada e publicada	Parlamento Ministério do Interior Ministério da Mulher Acção Social	2010	lei sobre violência doméstica aprovada e em implementação	Em Julho de 2009 a Assembleia da República aprovou a Lei Nº 29/2009, de 29 de Setembro (Lei Sobre a Violência Doméstica) e está em vigor.		
	Desenvolver programas a nível nacional para formar e sensibilizar sobre a aplicação da lei de violência baseada no género pelas agências bem como as comunidades	Polícias formadas em matérias dos direitos da mulher e assistir vítimas de violência, Criados centros para mulheres e crianças abusadas	Ministério do Interior Ministério da Mulher e Acção Social	2010-2014	Programas nacionais para formar líderes, mulheres e agências que lutam contra violência baseada em género criadas, disseminadas e em implementação	Actividades em curso		
	Acelerar a implementação do Plano Nacional de avanço da mulher e orçamento da mulher	Plano Nacional de avanço da mulher e orçamento de género implementado	Ministério da Mulher e Acção Social		Promoção de iniciativas que o Governo Organizações da Sociedade Civil e comunidades para melhorar o seu orçamento	Foi elaborado o Plano Nacional para o Avanço da Mulher, e amplamente divulgado. registou-se progresso a nível nacional		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registrado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Conduzir esforços no sentido de alcançar a igualdade de género e igualdade de oportunidades para todos os indivíduos	Reforçar efectivamente o papel da participação das mulheres em programas de formação ao nível local que reforcem as habilidades de liderança das mulheres, confiança, advocacia e auto estima	Em curso programas de formação para fortalecerem conhecimentos da liderança da mulher, auto estima, etc.	Governos locais Organizações da Sociedade Civil	2010-2014	Aumentar a participação das mulheres na tomada de decisões ao nível mais baixo	Apoio multiforme às associações maioritariamente constituídas por mulheres no desenvolvimento de actividades de geração de rendimentos a escala nacional; integração de mulheres chefes de agregado familiar, nos cursos de gestão de pequenos negócios; capacitações em matéria de agro-processamento e gestão de crédito no âmbito do “Projecto de Potenciação de Habilidades Empresariais Femininas”; construção de Centros de Promoção da Mulher		
	Desenvolver indicadores de monitoria do género para avaliar o progresso com perspectiva do género e orçamento do género	Desenvolvidos indicadores de monitoria do género	Ministério da Mulher e Acção Social Governos Locais Organizações da Sociedade Civil		Perspectivar o orçamento do género e o processo de alocação de recursos na planificação em implementação acelerada	Desenvolvidos indicadores sensíveis ao género e incluídos na Matriz Estratégica do Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) A orçamentação na perspectiva do género, permanece a quem do pretendido		
	Acelerar a implementação dos planos nacionais de desenvolvimento das pessoas vulneráveis, melhorando os recursos alocados para o bem-estar social	Quantidade de recursos alocados para a melhoria do bem-estar social	Ministério da Mulher e Acção Social Ministério da Administração Estatal	2010-2014	Prevenção do grupo vulnerável, grupos que abandonam a escola nos níveis primário e secundário e a escassez de alimentos e outras necessidades	Actividades em curso e a bom ritmo.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Objectivo 6 : Encorajar a Participação Alargada no Desenvolvimento por Todos os Interessados e a Todos os níveis								
Melhorar a qualidade técnica e de intervenção das organizações da sociedade civil para participação efectiva no processo de desenvolvimento	Assegurar a formação e capacitação do pessoal técnico das Organizações da Sociedade Civil; Atrair para a Organizações da Sociedade Civil membros qualificados	Número de técnicos capacitados e empregues nas Organizações da Sociedade Civil Indicador da qualidade de participação e de Influência das Organizações da Sociedade Civil	Organizações da Sociedade Civil	2011 –2013	Capacidade técnica de intervenção da sociedade civil melhorada e ampliada.	Moçambique registou progressos assinaláveis no alargamento da participação da sociedade civil no debate e implementação das políticas públicas.		
Fortalecer a estrutura institucional das Organizações da Sociedade Civil e reduzir o desequilíbrio de recursos entre as grandes e pequenas Organizações da Sociedade Civil	Identificar áreas de intervenção das Organizações da Sociedade Civil Estabelecer mecanismos de colaboração eliminando a sobreposição de tarefas; Aumentar o número de Organizações da Sociedade Civil registadas;	Fóruns de concertação entre as Organizações da Sociedade Civil , e entre estas e o Governo	Ministério da Justiça Organizações da Sociedade Civil		Maior interacção das Organizações da Sociedade Civil entre si e entre as Organizações da Sociedade Civil e Governo	Não é visível o esforço do Governo no fortalecimento da capacidade técnica e no apoio a emergência de organizações da sociedade civil.		

Objectivo Específico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar a descentralização e construção da sociedade civil	Iniciar os programas de capacitação das comunidades locais e Organizações da Sociedade Civil permitindo a sua participação efectiva na implementação da planificação, monitoria e processo de avaliação para melhorar o fornecimento de serviços	Adequar informação disponível para os locais para monitorar o fornecimento de serviços, capacitar os Organizações da Sociedade Civil operando nas zonas rurais, e ajudar a organizar os Organizações da Sociedade Civil	Ministério da Planificação e Desenvolvimento Governos locais Organizações da Sociedade Civil		Organizações da sociedade civil bem organizados e tecnicamente capacitados em assuntos das zonas rurais Alta participação dos grupos vulneráveis	Actividade em curso		
	Assegurar a representação e participação no processo de desenvolvimento de todos os grupos marginalizados Fortalecer a disseminação da informação e a sintetização das leis que promovem a participação alargada	Todos os grupos marginalizados participando em diferentes comités tais como água, irrigação, comités escolares	Governos locais Organizações da Sociedade Civil		Criado mecanismo para que qualquer grupo possa integrar pessoas marginalizadas na discussão de assuntos locais	Tem-se realizado com regularidade sessões plenárias de Observatórios de Desenvolvimento com envolvimento da sociedade civil, quer a nível de províncias quer a nível da capital do país.		

Objectivo Especifico	Descrição de Actividades	Indicadores de monitoria	Agente Implementador	Período de execução	Resultado Esperado	Progresso Registado em Função do Resultado Esperado	Comentários /Observações	Actividades Planificadas para Próxima fase
Assegurar a descentralização e construção da sociedade civil	Fortalecer o papel do observatório de pobreza para garantir com que os pontos de vista dos cidadãos nacionais sejam adequadamente encaminhados e dado o feedback	Pontos de vista dos cidadãos nacionais adequadamente e integrados no Observatório de Desenvolvimento como sendo um fórum de consulta do Governo	Organizações da Sociedade Civil		Maior participação dos cidadãos na monitoria da implementação do PARPA através do Observatório de Desenvolvimento	Tem-se realizado com regularidade sessões plenárias de Observatórios de Desenvolvimento com envolvimento da sociedade civil, quer a nível de províncias quer a nível da capital do país.		